Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

RCS/JRS/OZN/GP BDO/13

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2012 e de 2011

#### Conteúdo

Relatório dos auditores independentes

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas



Tel.: +55 11 3848 5880 Fax: + 55 11 3045 7363 www.bdobrazilrcs.com.br

# RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da MARFRIG ALIMENTOS S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Marfrig Alimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também,



a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Marfrig Alimentos S.A.** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Marfrig Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Ênfase

# Avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Conforme comentado na Nota 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações contábeis separadas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

#### **Outros** assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias



abertas e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de março de 2013.



**BDO RCS Auditores Independentes SS** 

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/0-6

Raul Corrêa da Silva

Contador CRC 1SP 079028/0-1

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 (Em milhares de reais)

|--|

Circulante		Controla	idora	Consolidado		
irculante .	Nota Explicativa	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
m catalrec						
Caixa e equivalentes de caixa	4	296.837	422.367	919.908	1.076.820	
Aplicações Financeiras	5	904.139	877.065	2.258.286	2.400.140	
Valores a receber - Clientes nacionais	6	354.232	193.588	1.391.752	1.032.510	
Valores a receber - Clientes internacionais	6	132.051	187.634	401.563	270.396	
Estoques de produtos e mercadorias	7	521.510	533.513	2.703.732	2.526.827	
Ativos biológicos	8	18.414	25.609	943.832	711.169	
Impostos a recuperar	9	539.513	467.002	1.240.457	1.025.496	
Despesas do exercício seguinte		2.477	6.143	91.475	85.689	
Títulos a receber	10	961.415	405.193	77.372	28.362	
Adiantamentos a fornecedores		19.632	17.179	51.196	33.166	
Outros valores a receber		17.996	19.954	155.079	168.538	
otal do ativo circulante		3.768.216	3.155.247	10.234.652	9.359.113	
ão circulante						
Aplicações financeiras	5	100	100	886	897	
Depósitos judiciais		38.936	23.375	44.366	24.901	
Títulos a receber	10	1.982.399	1.594.075	53.704	37.912	
mposto de renda e contribuição social diferidos	11	926.727	721.548	1.851.747	1.443.536	
mpostos a recuperar	9	676.735	618.731	1.232.640	1.188.552	
Outros valores a receber		3.778	5.341	77.807	85.294	
		3.628.675	2.963.170	3.261.150	2.781.092	
Investimentos	12	5.472.366	4.728.944	11.107	13.195	
Imobilizado	13	1.553.606	1.448.238	7.757.259	7.095.302	
Ativos biológicos	8			253.361	219.783	
Intangível	14	627.035	968.775	4.071.925	4.354.956	
		7.653.007	7.145.957	12.093.652	11.683.236	
otal do ativo não circulante		11.281.682	10.109.127	15,354,802	14.464.328	

Passivo e	Patrimônio	Líquido

		Controladora		Consoli	dado
	Nota Explicativa	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante					
Fornecedores		355.511	344.484	2.580.227	2.783.120
Pessoal, encargos e benefícios sociais	15	53.368	50.507	506.969	483.685
Impostos, taxas e contribuições	16	22.592	23.398	187.503	171.246
Empréstimos e financiamentos	17	1.310.592	900.473	3.359.130	2.277.035
Títulos a pagar	20	492.167	237.583	352.852	434.158
Arrendamentos a pagar	19	1.809	3.970	38.805	59.911
Dividendos a pagar	24.4		412		412
Juros sobre o capital próprio	24.5		14.465	-	14.465
Debêntures a pagar	18	199.400	-	199.400	-
Juros sobre debêntures	18	144.445	180.299	144.445	180.299
Antecipações de clientes		48.847	84.350	90.553	106.918
Outras obrigações	=	11.018	14.706	227.436	161.850
Total do passivo circulante		2.639.749	1.854.647	7.687.320	6.673,099
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	3.479.003	4.205.854	8.282.268	8.326.043
Impostos, taxas e contribuições	16	85.063	78.921	252.737	244.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	108.422	128.737	1.474.660	1.415.676
Provisões para contingências	22	12.055	12.055	237.889	188.725
Arrendamentos a pagar	19	2.803	4,756	107.523	242.823
Debêntures a pagar	18	396.676	593.951	396,676	593.951
Títulos a Pagar	20	1.698.969	651.745	208.492	30.537
Instrumento mandatório conversível em ações	21	2.470.920	2.479.307	2.470.920	2.479.307
Outros				165.877	210.018
Total do passivo não circulante	=	8.253.911	8.155.326	13.597.042	13.731.128
Patrimônio líquido					
Capital social	24.1	4.926.678	4.061.478	4.926.678	4.061.478
(-) Gastos com emissão de ações	24.1	(108.210)	(74.960)	(108.210)	(74.960)
Reserva de Capital	2-1.1	184.800	(19.222)	184.800	(19.222)
Aquisição de ações em controladas		-	(19.222)	-	(19.222)
Emissão de ações ordinárias		184.800	-	184.800	(
Reservas de lucros		33.604	38.122	33.604	38.122
Reserva legal	24.2.1	44.476	44.476	44.476	44.476
Retenção de Lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
Ações em tesouraria	24.2.2	(6.530)	(13.702)	(6.530)	(13.702
Ações em tesouraria canceladas	24.2.2	(11.690)		(11.690)	-
Outros resultados abrangentes	24.3	514.371	508.844	514.371	508.844
Ajuste de avaliação patrimonial	24.3.1	(168.805)	(51.359)	(168.805)	(51.359)
Ajuste acumulado de conversão	24.3.2	683.176	560.203	683.176	560.203
Prejuízos Acumulados		(1.395.005)	(1.259.861)	(1.395.005)	(1.259.861)
Patrimônio líquido de controladores		4.156.238	3.254.401	4.156.238	3.254.401
Participação de não controladores	24.6	-	-	148.854	164.813
Total do patrimônio líquido	-	4.156.238	3.254.401	4.305.092	3,419,214

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6

Demonstrações dos resultados para os exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

			idora	Consolidado			
	Nota Explicativa	Acumulado 2012	Acumulado 2011	Acumulado 2012	Reclassificado Acumulado 2011		
Receita operacional líquida	25	4.540.864	4.453.974	23.726.394	21.014.111		
Custo dos produtos vendidos	26	(3.301.827)	(3.386.728)	(20.167.234)	(18.032.316)		
Lucro bruto		1.239.037	1.067.246	3.559.160	2.981.795		
Receitas (despesas) operacionais		(1.574.938)	(2.155.477)	(4.478.928)	(4.301.882)		
Comerciais	26	(291.008)	(298.457)	(1.736.934)	(1.485.370)		
Administrativas e gerais	26	(212.423)	(139.648)	(783.737)	(684.553)		
Resultado com equivalência patrimonial		(196.391)	(273.398)	669	-		
Outras receitas (despesas) operacionais		301.750	84.773	122.468	168.725		
Resultado financeiro	27	(1.176.866)	(1.528.747)	(2.081.394)	(2.300.684)		
Receitas financeiras		167.032	259.933	316.609	397.697		
Variação cambial ativa		238.161	254.399	525.558	564.794		
Despesas financeiras		(1.001.140)	(1.319.916)	(1.859.627)	(1.917.799)		
Variação cambial passiva		(580.919)	(723.163)	(1.063.934)	(1.345.376)		
Resultado operacional		(335.901)	(1.088.231)	(919.768)	(1.320.087		
Prejuízo (lucro) antes dos efeitos tributários		(335.901)	(1.088.231)	(919.768)	(1.320.087)		
Provisão para IR e Contribuição Social		225.493	342.219	430.215	543.274		
Imposto de renda	33	165.804	251.631	328.981	419.717		
Contribuição social	33	59.689	90.588	101.234	123.557		
Resultado líquido no período das operações continuadas		(110.408)	(746.012)	(489.553)	(776.813		
Resultado líquido no período das operações descontinuadas	35	(113,494)	-	256,322	30,130		
Resultado líquido no período antes das participações		(223.902)	(746.012)	(233.231)	(746.683)		
Resultado líquido atribuído a:							
Marfrig Alimentos - participação do acionista controlador - operação continuada Marfrig Alimentos - participação do acionista controlador - operação descontinuada		(110.408) (113.494)	(746.012)	(480.837) 256.935	(773.752) 27.740		
Marfrig Alimentos - participação do acionista controlador - Total		(223.902)	(746.012)	(223.902)	(746.012)		
Participação dos acionistas não-controladores - operação continuada		-	-	(8.716)	(3.061		
Participação dos acionistas não-controladores - operação descontinuada				(613)	2.390		
Participação dos acionistas não-controladores - Total		-	-	(9.329)	(671)		
		(223.902)	(746.012)	(233.231)	(746.683)		
Prejuízo (lucro) básico por ação - ordinária operação continuada	29	(0,6359)	(2,1533)	(1,3657)	(2,2334		
Prejuízo (lucro) básico por ação - ordinária operação descontinuada	29	-	-	0,7298	0,0801		
Prejuízo (lucro) básico por ação - Ordinária Total	29	(0,6359)	(2,1533)	(0,6359)	(2,1533)		
As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.							

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

					Atr	ibuído à particip	ação dos acionis	stas controladores	s					
					Reserva	as de lucros		Outros result	ados abrangentes					
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não- controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2010	4.061.478	(74.960)	(19.222)	44.476	7.348	(7.348)	-	109.423	307.565	(563.144)	3.865.616	3.865.616	143.125	4.008.741
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	_	-	-	-	-	(111.487)	-		(111.487)	(111.487)	22.359	(89.128)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	252.638	-	252.638	252.638	-	252.638
Realização de Custo Atribuído (Deemed cost)	-	-	-	-	-	-	-	(49.295)	-	49.295	-	-	-	-
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(6.354)	-	-	-	-	(6.354)	(6.354)	-	(6.354)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(746.012)	(746.012)	(746.012)	(671)	(746.683)
Em 31 de dezembro de 2011	4.061.478	(74.960)	(19,222)	44,476	7,348	(13,702)		(51,359)	560,203	(1,259,861)	3,254,401	3,254,401	164,813	3,419,214

					Atr	ibuído à particip	ação dos acionist	as controladores						
					Reserva	s de lucros		Outros resulta	ados abrangentes					
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria	Ações em Tesouraria canceladas	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total	Total da participação dos controladores	Total da participação dos não- controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2011	4.061.478	(74.960)	(19.222)	44,476	7.348	(13.702)	-	(51.359)	560,203	(1.259.861)	3.254.401	3.254.401	164,813	3.419.214
Aumento de capital	865.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	865.200	865.200	-	865.200
Gastos com emissão pública de ações	-	(33.250)	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.250)	(33.250)	-	(33.250)
Emissão de ações ordinárias	-	-	184.800	-	-	-	-	-	-	-	184.800	184.800	-	184.800
Baixa de ações em controladas	-	-	19.222	-	-	-	-	-	-	-	19.222	19.222	-	19.222
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	-	(28.688)	-	-	(28.688)	(28.688)	(6.630)	(35.318)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	-	122.973	-	122.973	122.973	-	122.973
Realização de Custo Atribuído (Deemed cost)	-	-	-	-	-	-	-	(88.758)	-	88.758	-	-	-	-
Baixa (aquisição) de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	(4.518)	-	-	-	-	(4.518)	(4.518)	-	(4.518)
Cancelamento de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	11.690	(11.690)	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(223.902)	(223.902)	(223.902)	(9.329)	(233.231)
Em 31 de dezembro de 2012	4,926,678	(108.210)	184.800	44.476	7.348	(6.530)	(11.690)	(168.805)	683.176	(1.395,005)	4.156.238	4.156.238	148.854	4,305,092

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

	Controla	dora	Consolidado			
	Acumulado 2012	Acumulado 2011	Acumulado 2012	Reclassificado Acumulado 2011		
Prejuízo do exercício	(223.902)	(746.012)	(223.902)	(746.012)		
ltens de resultado que não afetam o caixa	1.090.515	1.413.665	1.801.154	2.018.453		
Depreciação	71.223	71.469	528.936	489.178		
Amortização	2.079	2.146	286.193	252.350		
Participação dos acionistas não controladores	-	-	(9.329)	(671)		
Provisão para contingências	-	(3.195)	40.115	21.525		
Tributos diferidos	(225.493)	(342.219)	(584.386)	(644.626)		
Resultado com equivalência patrimonial	196.391	273.398	(669)	-		
Variação cambial sobre financiamentos	286.418	564.102	491.009	1.009.835		
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	56.340	(95.338)	39.104	(229.126)		
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	437.697	411.020	916.521	798.653		
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	9.921	26.344	17.978	36.309		
Despesas de juros sobre debêntures	329.877	401.864	329.877	401.864		
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	5.608	(15.220)	5.609	(15.220)		
Reversão passivo contingente	-	-	-	(247.981)		
Baixa do ativo permanente - troca de ativos	(195.087)	-	(195.087)	-		
Ganho ou perda na operação descontinuada	113.494	-	(193.756)	-		
Baixa do ativo permanente	2.047	119.294	129.039	146.363		
Mutações patrimoniais	(181.225)	(344.950)	(1.466.334)	(504.292)		
Contas a receber de clientes	(140.564)	(45.439)	(840.211)	83.095		
Estoques e ativo biológico corrente	19.197	135.060	(394.082)	(231.258)		
Depósitos judiciais	(15.561)	(3.963)	(19.213)	(5.262)		
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(15.849)	(106.385)	47.330	(86.357)		
Fornecedores	8.574	43.009	407.746	297.882		
Tributos correntes e diferidos	(125.181)	(136.520)	(242.714)	(373.225)		
Títulos a receber e a pagar	204.868	(299.967)	(157.611)	217.025		
Outras contas ativas e passivas	(116.709)	69.255	(267.579)	(406.192)		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	685.388	322.703	110.918	768.149		
Atividades de investimentos						
Investimentos	(225.297)	-	(151.236)	4.365		
Operações descontinuadas líquido de caixa	-	-	494.903	(23.334)		
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico não corrente	(178.638)	(178.526)	(870.961)	(881.441)		
Aplicações no ativo intangível	(9.307)	(11.472)	(31.242)	(36.877)		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(413.242)	(189.998)	(558.536)	(937.287)		
Atividades de financiamentos						
Dividendos/JSCP Pagos no exercício	(14.877)	(61.936)	(14.877)	(61.936)		
Debêntures	2.125	598.200	2.125	598.200		
Juros liquidados Debêntures/Bonds	(301.204)	(244.831)	(615.020)	(244.831)		
Empréstimos e financiamentos	(1.040.846)	(1.287.367)	(313.515)	(620.244)		
Empréstimos obtidos	1.203.155	1.480.541	5.508.280	5.284.177		
Empréstimos liquidados	(2.244.001)	(2.767.908)	(5.821.795)	(5.904.421)		
Arrendamento a pagar	(19.644)	(76.640)	(67.300)	(55.084)		
Arrendamentos obtidos	6.200	1.731	22.104	85.381		
Arrendamentos liquidados	(25.844)	(78.371)	(89.404)	(140.465)		
Instrumento mandatório conversível em ações	(8.387)	(8.365)	(8.387)	(8.365)		
Ações em tesouraria Emissão de ações e gastos com emissão de ações	(4.519) 1.016.750	(6.354)	(4.519) 1.016.750	(6.758)		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(370.602)	(1.087.293)	(4.743)	(399.018)		
	(5751552)	(110071270)				
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	153.595	168.760		
Fluxo de caixa do período	(98,456)	(954.588)	(298.766)	(399.396)		
Caixa e equivalentes de caixa		4 200 420	2 470 404	3 /7/ 0:-		
Saldo final	1.200.976	1.299.432	3.178.194	3.476.960		
Saldo inicial	1.299.432	2.254.020	3.476.960	3.876.356		
Variação no período	(98.456)	(954,588)	(298.766)	(399.396)		
, , r	(75: :50)	(. 3 .,555)	(=75,755)	(377,270)		

# Demonstrações do valor adicionado Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

	Control	adora	Consolidado		
	Acumulado 2012	Acumulado 2011	Acumulado 2012	Acumulado 2011	
Receitas	4.533.683	4.447.988	24.172.273	21.107.951	
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	4.540.864	4.453.974	23.726.394	21.014.111	
Outras Receitas	-	-	513.327	168.250	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa-reversão/(Constituição)	(7.181)	(5.986)	(67.448)	(74.410)	
Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores	2.566.045	2.863.304	17.780.696	15.286.036	
dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.757.681	1.975.195	12.624.129	10.504.190	
Materiais, energia.serviços de terceiros e outros	150.368	307.053	4.255.501	3.925.201	
Perda/Recuperação de valores ativos	657.996	581.056	901.066	856.645	
Valor adicionado bruto	1.967.638	1.584.684	6.391.577	5.821.915	
Depreciação e amortização	73.302	73.615	815.129	741.528	
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.894.336	1.511.069	5.576.448	5.080.387	
Valor adicionado recebido em transferência	208.802	240.934	842.834	953.984	
Resultado de equivalência patrimonial	(196.391)	(273.398)	669	-	
Receitas financeiras e variação cambial ativa	405.193	514.332	842.165	962.491	
Outros	-	-	-	(8.507)	
Valor adicionado total a distribuir	2.103.138	1.752.003	6.419.282	6.034.371	
Distribuição do valor adicionado	2.103.138	1.752.003	6.419.282	6.034.371	
Pessoal	334.692	320.058	2.263.984	2.627.079	
Remuneração direta	271.466	210.366	1.741.638	1.987.320	
Benefícios	42.412	86.842	483.188	488.754	
F.G.T.S	20.814	22.850	39.158	151.005	
Impostos, taxas e contribuições	516.714	452.156	688.747	662.084	
Federais	384.373	347.309	261.654	411.856	
Estaduais	132.316	104.816	409.527	243.121	
Municipais	25	31	17.566	7.107	
Remuneração de capitais de terceiros	1.475.634	1.725.801	3.699.782	3.491.891	
Juros	850.679	1.709.823	2.914.943	3.263.175	
Aluguéis	624.955	15.978	784.839	228.716	
Remuneração de Capitais Próprios	(223.902)	(746.012)	(233.231)	(746.683)	
Lucros retidos/Prejuízo do período	(223.902)	(746.012)	(223.902)	(746.012)	
Participação dos não controladores nos lucros e prejuízos retidos	-	-	(9.329)	(671)	

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de Reais)

Contr	oladora	Cons	olidado
Acumulado 2012	Acumulado 2011	Acumulado 2012	Reclassificado Acumulado 2011
(223.902)	(746.012)	(233.231)	(746.683)
(28.688)	(111.487)	(28.688)	(111.487)
122.973	252.638	122.973	252.638
94.285	141.151	94.285	141.151
(129.617)	(604.861)	(138.946)	(605.532)
(16.123)	(604.861)	(386.552)	(632.601)
(113.494)	-	256.935	27.740
(129.617)	(604.861)	(129.617)	(604.861)
-	-	(8.716)	(3.061)
-	-	(613)	2.390
		(9.329)	(671)
	Acumulado 2012 (223.902) (28.688) 122.973 94.285 (129.617) (16.123) (113.494)	2012     2011       (223.902)     (746.012)       (28.688)     (111.487)       122.973     252.638       94.285     141.151       (129.617)     (604.861)       (16.123)     (604.861)       (113.494)     -	Acumulado 2012         Acumulado 2011         Acumulado 2012           (223.902)         (746.012)         (233.231)           (28.688)         (111.487)         (28.688)           122.973         252.638         122.973           94.285         141.151         94.285           (129.617)         (604.861)         (138.946)           (13.494)         -         256.935           (129.617)         (604.861)         (129.617)           -         -         (8.716)           -         -         (613)

11

# 1. Contexto operacional

A Marfrig Alimentos S.A., Companhia de capital aberto tem como objetivo: (i) produção de produtos alimentícios, e a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e aves e (ii) industrialização, distribuição, importação, exportação e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros.

A Marfrig Alimentos S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Seu capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 era constituído de 476.997.405 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2012, 183.963.653 ações ou 38,57% do capital social da Companhia eram detidas pelo controlador, MMS Participações S.A. e seus sócios. Na mesma data o "freefloat" era de 292.085.583 ações em circulação, representava 61,23% do capital social total da Companhia. A MMS Participações S.A. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada qual com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como o Ibovespa (o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro), o IBrX-50 (carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez) e o ICO2 (carteira teórica composta por companhias que adotaram práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa). As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil - IBrX; Índice Valor Bovespa - IVBX-2; Índice Small Cap - SMLL, Índice MidLarge Cap - MLCX; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG e Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC.

As posições patrimonial e financeira da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizadas de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias profissionalizadas e segmentadas em:

- Marfrig Beef Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizadas na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e uma trading localizada na Europa;
- Seara Foods Aves, Suínos e produtos elaborados e processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

Segmento de Negócios - MARFRIG BEEF (Bovinos, Ovinos e Couro)

#### Bovinos Brasil:

- Marfrig Alimentos S.A. (Brasil): composta por 9 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizadas no abate de ovinos, 2 curtumes, 1 fábrica de higiene e limpeza e 1 confinamento, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de 3 Centros de Distribuição no Estado de São Paulo;
- MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.: composta por 14 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizada no abate de ovinos e 3 unidades de industrialização de carne bovina, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Rondônia - a participação da Marfrig é de 100%;
- Masplen Ltd (Ilha de Jersey): (Empresa que detém 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)). A Pampeano é produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Estado do Rio Grande do Sul - a participação da Marfrig é de 100%;
- Marfrig Overseas Ltd (Ilhas Cayman): Empresa constituída para fins de captação de recursos no exterior pela emissão de "Notes" - a participação da Marfrig é de 100% (trata-se de uma Entidade de Propósito Especifico - EPEs);
- Marfood USA Inc. (EUA): produtora e distribuidora de beef jerky para o mercado norte-americano, detentora da marca Pemmican - a participação da Marfrig é de 100%;
- MFG Agropecuária Ltda.: explora a atividade agropecuária envolvendo a criação, trato, manejo, engorda, compra e venda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bufalinos em pé e embriões, possui 9 plantas de confinamento - a participação da Marfrig é de 99,99%;
- MFG Comercializadora de Energia Ltda.: explora as atividades de comercialização de energia; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e a pesquisa de soluções voltadas à qualidade e eficiência de energia elétrica - a participação da Marfrig é de 99,99%.

- Bovinos Internacional (Argentina, Uruguai, Chile e Europa):
  - Marfrig Argentina S.A: é uma companhia de capital fechado, que tem como objeto social (i) exploração das atividades frigoríficas, com abate de bovinos, industrialização e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não; (ii) compra, venda, distribuição, representação, importação e exportação de produtos alimentícios em geral; (iii) compra e venda de bovinos em pé; (iv) exploração de atividade agropecuária; (v) participação como sócia ou acionista em qualquer Empresa de caráter comercial ou civil; (vi) distribuição e comercialização de produtos alimentícios em geral a participação da Marfrig é de 99,78%;
  - Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai): que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina - a participação da Marfrig é de 93.72%;
  - Inaler S.A. (Uruguai): unidade de abate de bovinos e ovinos a participação da Marfrig é de 100%;
  - Marfrig Chile S.A. (Chile): que opera uma unidade de desossa de carne e uma trading, ambas no mercado chileno - a participação da Marfrig é de 99,47%. A Marfrig Chile incorporou em 21 de dezembro de 2009 as empresas Quinto Cuarto S.A. e PBP Chile Limitada, as quais eram suas subsidiárias. Ainda, a Marfrig Chile S.A detém 100% do Frigorífico Patagônia S.A. (Chile), que opera um frigorífico de cordeiros na Patagônia, nos meses de dezembro a maio e no restante do ano, junho a novembro, passa a processar peixes, moluscos e caranguejos-rei da Patagônia ("centollas" ou "king crabs");
  - Prestcott International S.A. (Uruguai): que detém 100% da empresa Cledinor S.A. (Uruguai), que opera um frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai): frigorífico de bovinos na cidade de Colonia - a participação da Marfrig é de 100%;
  - Columbus Netherlands B.V. (Holanda): participação da Marfrig é de 100%, a qual detém 59,17% da empresa Gideny S.A., que é a holding que controla 100% do Grupo Zenda, que opera no Uruguai na industrialização e comercialização de couros acabados e cortados, além de suas afiliadas na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China;
  - Weston Importers Ltd. (Reino Unido): trading que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd. (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas - a participação da Marfrig é de 100%.

Segmento de Negócios - SEARA FOODS (Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados)

Seara Brasil:

- Seara Holdings (Europe) B.V.: que detém 99,9% da Babicora Holding Participações Ltda., a qual detém 99,9% da Seara Alimentos Ltda. (Brasil) além de suas afiliadas na Europa e na Ásia - a participação da Marfrig é de 100%;
- Secculum Participações Ltda. (Brasil): a participação da Marfrig é de 99,99% e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil) a participação da Marfrig é de 99,99%, empresas que em conjunto detêm 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. A Mabella opera uma unidade de abate de suínos no Estado de Santa Catarina e uma unidade de abate e industrialização de carne suína no Estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, contemplando as empresas e seus respectivos percentuais de participação, abaixo:
  - DaGranja Agroindustrial Ltda.: a participação indireta da Mabella é de 94%:
  - Braslo Produtos de Carnes Ltda. a participação da Mabella é de 94,25%;
  - MAS Frangos Participações Ltda. a participação da Mabella é de 99,99%, a qual detém 99,99% da Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.;
  - Penasul Alimentos Ltda. a participação da Mabella é de 99,99%;
  - MBL Alimentos S.A., opera na criação de suínos a participação da Mabella é de 100%;
- Athena Alimentos S.A.: a participação direta da Marfrig Alimentos S.A. é de 100%. Nos termos do fato relevante divulgado conjuntamente pela BRF Brasil Foods S.A. e a Marfrig em 13 de junho de 2012 e conforme Contrato de Permuta de Ativos celebrado, a Athena é a sociedade para a qual foram transferidos os ativos anteriormente detidos pela BRF e que passaram à titularidade da Marfrig no âmbito do referido contrato de permuta.
  - A Athena Alimentos S.A. possui as seguintes unidades e todas arrendadas e operacionalizadas pela Seara Alimentos Ltda.: 2 unidades de abate de aves, 1 unidade de abate de suínos, 8 unidades de processamento de produtos alimentícios, 3 fábricas de ração, 6 centros de distribuição e linha de produção de margarina, localizadas nos Estados do Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Distrito Federal e Bahia. Ainda, a Athena detém a titularidade das seguintes marcas: "Rezende", "Confiança", "Wilson", "Texas", "Tekitos", "Patitas", "Escolha Saudável", "Light Ellegant", "Fiesta", "Freski", "Doriana" e "Delicata";
- Excelsior Alimentos S.A.: a participação direta e indireta da Marfrig Alimentos S.A. é de 64,57%. É uma companhia aberta, listada na BM&FBOVESPA, especializada na industrialização e comercialização de alimentos processados a partir de carnes de aves, suínos e bovinos, com atuação na região Sul do país. Nos termos do fato relevante divulgado

conjuntamente pela BRF - Brasil Foods S.A. e a Marfrig em 13 de junho de 2012, a Marfrig adquiriu, entre outros ativos, a participação acionária correspondente a 64,57% do capital social total da Excelsior Alimentos S.A. ("Excelsior") anteriormente detida, direta indiretamente, pela Sadia S.A. A citada participação, representativa do controle da Excelsior, era composta pela participação de 46,01% do capital social diretamente detida pela Sadia na referida sociedade, além de participação indireta de 18,56% do capital social da Excelsior relativa à cessão dos direitos da Sadia no Contrato de Compra e Venda de Quotas da sociedade Baumhardt Comércio e Participações Ltda. A Excelsior possui 1 unidade de processamento de produtos alimentícios e detém a titularidade da marca "Excelsior";

Baumhardt Comércio e Participações Ltda.: a participação da Marfrig é de 73,94%, por intermédio da cessão dos direitos da Sadia no Contrato de Compra e Venda de Quotas da sociedade Baumhardt, no âmbito do Contrato de Permuta de Ativos celebrado entre a BRF - Brasil Foods S.A. e a Marfrig. A Baumhardt é uma sociedade limitada cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades (holding) e detém, ao total, 25,10% do capital social da Excelsior Alimentos S.A.

O Contrato de Permuta de Ativos com a BRF também contemplou o arrendamento de 1 unidade de abate de suínos localizada em Santa Catarina e 2 centros de distribuição localizados nos Estados do Rio de Janeiro e do Paraná. Tais unidades também são operacionalizadas pela Seara Alimentos Ltda.

A operação SEARA BRASIL é formada por 17 unidades de abate de aves, 6 unidades de abate de suínos e 20 unidades de processamento e industrialização de carne e produtos alimentícios nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia e Distrito Federal.

A operação SEARA BRASIL produz e comercializa produtos com as marcas Seara, Mabella, Pena Branca, Nhô Bento e DaGranja, sendo as duas últimas de titularidade da Marfrig Alimentos S.A. Rezende, Confiança, Wilson, Texas, Tekitos, Patitas, Escolha Saudável, Light Ellegant, Fiesta, Freski, Doriana e Delicata de titularidade da Athena Alimentos S.A. e Excelsior de titularidade da Excelsior Alimentos S.A.

- Internacional (Moy Park, Kitchen Range e Keystone):
  - Marfrig Holdings (Europe) B.V. (Holanda) a participação da Marfrig é de 100%:
    - Detém 100% da MFG (USA) Holdings Inc., que detém os ativos da Keystone nos Estados Unidos, que em conjunto com as demais unidades da Keystone, atuam globalmente na área de desenvolvimento, produção e comercialização de alimentos a base

- de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal "Food Services";
- Detém 100% da Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I., que detém os ativos da Keystone na Europa e na Ásia através da subsidiária McKey Luxembourg S.a.r.I.. Ambas as operações atuam nas áreas de desenvolvimento, produção e comercialização de alimentos a base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal "Food Services". Em junho de 2012 a Mckey Luxemburgo S.a.r.I passou a deter 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited Empresa com sede na Irlanda do Norte, que detém 100% das empresas Moy Park Group (Irlanda do Norte) e Kitchen Range Foods Ltd. (Inglaterra), que opera 3 plantas de abate de aves e 8 plantas de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda, dando continuidade ao plano de reestruturação da Divisão de Aves, conforme comunicado ao mercado de 27 de fevereiro de 2012.

### 2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

#### 2.1. Declaração de conformidade

# Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*) emitidos pelo *IASB*.

#### Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC e estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo e o patrimônio líquido e resultado da Companhia controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e as demonstrações financeiras individuais da controladora

estão sendo apresentadas lado a lado em um único conjunto de informações.

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 27 de março de 2013.

#### 2.2. Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que são apresentados pelo valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.3.

# 2.3. Refazimento e reapresentação das demonstrações financeiras

# 2.3.1 Refazimento das demonstrações contábeis comparativas

As Demonstrações Financeiras comparativas referentes a 31 de dezembro de 2011, foram reapresentadas em função do atendimento ao Ofício CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, o qual determinou (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatório, e (ii) que sejam reapresentadas as demonstrações financeiras de 2011, comparadas as demonstrações de 2010 e 1º e 2º ITR's/2012.

Por determinação da CVM, a Companhia procedeu a reclassificação, em 31 de dezembro de 2011, do registro do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, no montante de R\$2.479.307 (líquido dos gastos de emissão), anteriormente classificado no Patrimônio líquido, para a rubrica de Instrumento mandatório conversível em ações, registrada no passivo não circulante. A forma de registro anteriormente adotada

pela Companhia estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente sobre o assunto em questão.

A referida reclassificação não altera qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e, conforme conclusão da Companhia, em consonância com pareceres jurídicos e contábeis, não tem efeito sobre o atual endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A citada reclassificação não afetou as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referente AO exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

## 2.4. Conversão de saldos em moeda estrangeira

#### Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade.

Conforme dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, assim como a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Alimentos S.A.

#### Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

# Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii. As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;
- iii. Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na rubrica de "Ajustes acumulados de conversão".

# 3. Resumo das principais práticas contábeis

# 3.1. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

#### 3.1.1 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência:

### Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. A transferência dos riscos e benefícios da propriedade ocorre quando do embarque dos produtos acompanhado da respectiva nota fiscal de venda levando-se em consideração os *incoterms*. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são entregues ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas entre controladora e suas controladas incluindo os lucros não realizados nos estoques.

# Receita e despesa financeira

A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

### 3.1.2 Relatórios por segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais, conforme CPC 22. O principal tomador de decisões operacionais foi identificado como a equipe da Administração, incluindo o Diretor Executivo, o Diretor de Operações e o Diretor Financeiro.

A Administração da Companhia identificou dois principais segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a proteína animal, sendo (i) bovinos, ovinos e couros e, (ii) aves, suínos e produtos elaborados e processados, que atendem os parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme nota explicativa nº 30.

#### 3.1.3 Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Segue abaixo os assuntos objeto de estimativa pela Companhia:

- Vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida:
- Determinação do valor justo de ativos biológicos;
- Perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- Perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- Mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;
- Valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- Perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para obsolescência dos estoques;
- Imposto de Renda e Contribuição Social diferido ativo;
- Provisão para contingências (processos judiciais, fiscais, trabalhistas e cíveis):
- Plano de opção de compra de ações stock option plan;
- Ajuste a Valor Presente (AVP).

#### 3.1.4 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo pelo resultado de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme seque:

#### Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. Os

instrumentos da Companhia registrados nesta categoria estão descritos na nota explicativa nº 5.

# Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

### Passivos financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

#### Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo e são instrumentos derivativos financeiros ativamente negociados em mercados organizados, sendo o seu valor justo determinado com base nos valores cotados no mercado na data de encerramento das demonstrações financeiras. No reconhecimento inicial, são classificados como outros ativos e/ou passivos financeiros com contrapartida no resultado nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

### 3.1.5 Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou

contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários e não monetários são reconhecidos na demonstração do resultado.

#### 3.1.6 Ativo circulante e não circulante

#### Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, sejam iguais ou inferiores a 90 dias, ou seja, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

# Aplicação financeira

As aplicações financeiras representam os investimentos cujo vencimento supera o prazo de 90 dias a contar da data de sua respectiva contratação.

#### Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor justo e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente, em conformidade com o CPC 12.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores, sendo apurada em bases individuais.

#### Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados pelo valor realizável liquido, quando inferior ao custo médio.

#### Investimentos

Os investimentos da controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

#### Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear

com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 13 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos incorridos na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

De acordo com o CPC 01(R1), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

#### Arrendamentos

#### Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo menor valor entre o valor presente e valor justo, conforme CPC 06 (R 1).

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19.1.

#### Arrendamento operacional

Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

Os arrendamentos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19.2.

## Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição

ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos contratos de arrendamento e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da Empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

# 3.1.7 Ativo biológico

Conforme CPC 29, atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos, aves e suínos vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com o CPC 29, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves e suínos são valorizados pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves e suínos.

#### 3.1.8 Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente realizados no encerramento do exercício. Outros ativos não financeiros são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os

custos da venda), uma provisão é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (CGUs): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. O ágio é alocado no reconhecimento inicial a cada uma das CGUs do Grupo que se espera serem beneficiadas das sinergias da combinação que ocasionou o ágio.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

#### 3.1.9 Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### 3.1.10 Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

#### 3.1.11 Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 28.5.

#### 3.1.12 Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda é apurado com base no lucro real. O Imposto de Renda e a Contribuição Social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberação CVM nº 599/09 - Tributos sobre Lucro ("CPC 32"), e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de:

- Reconhecimento inicial do ágio;
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável;
- Investimentos em subsidiárias e entidades controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das demonstrações financeiras e que se espera que sejam aplicáveis quando os (ativos) e passivos diferidos forem (recuperados) e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável;
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

## 3.1.13 Dividendos e juros sobre capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao

dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do exercício contábil a que se referem às demonstrações financeiras, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

### 3.1.14 Lucro por ação

#### Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - Resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

#### Diluído

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado através da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. O efeito de diluição do lucro (prejuízo) por ação não gera diferença material entre o lucro (prejuízo) básico e diluído. O percentual de diluição está demonstrado na nota explicativa nº 29.

#### 3.1.15 Ajuste a Valor Presente (AVP)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente na data da respectiva transação com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia utilizada pela Companhia para remuneração dos acionistas (taxa estabelecida como a de retorno do capital próprio) e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 7,48 a.a. em 31 de dezembro de 2012 (10,32% a.a. para 31 de dezembro de 2011).

Os prazos utilizados na apuração do Ajuste a Valor Presente (AVP) variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento, prazo da liquidação dos parcelamentos tributários e outros que sejam necessários. As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

# 3.1.16 Gastos com emissão de ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 8 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 649/2010, os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

# 3.1.17 Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 24.2.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

# 3.1.18 Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração da Companhia avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos

adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

# 3.1.19 Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

#### 3.1.20 Operações descontinuadas

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, a demonstração comparativa de resultado e a demonstração de fluxo de caixa são apresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo, tendo sido por isso incluída a observação "Reclassificado" nos demonstrativos em 31 de dezembro de 2011.

A mensuração destes ativos é medida pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo decrescido das despesas de venda.

Quando classificados como mantidos para venda, intangíveis e imobilizado não são amortizáveis ou depreciáveis. Investimentos avaliados por equivalência patrimonial não mais ficam sujeitos a aplicação do método de equivalência patrimonial quando classificados como mantidos para venda.

O resultado de operação descontinuada é apresentado em um montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o Imposto de Renda destas operações menos qualquer perda relacionada à *impairment* e são apresentadas na nota explicativa nº 3.3 e 35

#### 3.1.21 Demonstrações de valor adicionado

A companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, nos termos do pronunciamento técnico CPC

09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

# 3.1.22 Novas normas e interpretações ainda não adotadas e que estarão em vigor em 2013

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida no Brasil pelo Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), sendo aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013.

# IAS 19 - Benefícios a empregados

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM publicou a Deliberação nº 695 que aprova a CPC 33 (R1) "Benefícios a empregados" e que incorporou as mudanças do IAS 19 alterada em junho de 2011. A Administração avaliou essa norma e não se espera efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas

Em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação 698 que aprova a CPC 36 (R3) "Demonstrações consolidadas" e que incorporou as mudanças pelo IFRS 10. A nova norma apoia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações contábeis consolidadas da Controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. A Administração efetuou a análise dessa norma e concluiu que ela não trará impactos às suas demonstrações contábeis consolidadas.

#### IFRS 11 - "Negócios em conjunto"

Em 23 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 694 que aprova a CPC 19 (R2) "Negócios em conjunto" e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IFRS 11. A principal alteração introduzida por essa norma é a impossibilidade de consolidação proporcional de entidades cujo controle dos ativos líquidos seja compartilhado através de um acordo entre duas ou mais partes e que seja classificado como uma *joint venture*. A Administração avaliou e não se espera impactos na adocão desta norma nas demonstrações contábeis da Companhia.

# IFRS 12 - Divulgações de participações em outras entidades

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 697 que aprova a CPC 45 "Divulgação de participações em outras entidades" e que incorporou as mudanças pelo IFRS 12. A norma trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Administração avaliou essa norma e não se espera efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

# IFRS 13 - Mensuração do valor justo

Em 20 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 699 que aprova a CPC 46 "Mensuração do valor justo" que incorporou as mudanças pelo IFRS 13. O objetivo da norma é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS. Não se espera que haja impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### IAS 27 - Demonstrações financeiras separadas

Em 08 de novembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 693 que aprova a CPC 35 (R2) "Demonstrações separadas" e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IAS 27 revisado pelo IASB em maio de 2011. A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a investimentos em controladas, empresas com controle compartilhado ou associadas quando uma entidade prepara demonstrações contábeis separadas. A Companhia avaliou que as alterações desta norma não impactarão suas demonstrações contábeis consolidadas em virtude da mesma não apresentar demonstrações contábeis separadas.

# IAS 28 - Investimentos em associadas e empresas com controle compartilhado

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM divulgou a Deliberação nº 696 que aprova a CPC 18 (R2) "Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto" e que incorporou as mudanças introduzidas pelo IAS 28 revisado pelo IASB em maio de 2011. A alteração dessa norma IAS 28 aborda aspectos relacionados à contabilização de investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para aplicação do método de equivalência patrimonial para a contabilização de investimentos em associadas e empresas com

controle compartilhado. A Administração avaliou essa norma e não se espera efeitos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

#### 3.1.23 Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

#### IFRS 9 - Instrumentos financeiros

Esta norma aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

# IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação

Esta norma traz esclarecimentos adicionais à orientação de aplicação contida no IAS 32 sobre as exigências para compensar ativos financeiros e passivos financeiros no balanço patrimonial. A norma será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

#### IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

A principal modificação foi à exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado subsequentemente (ajustes de reclassificação). Essas alterações, contudo, não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. A norma será aplicável a partir de 1º de julho de 2013.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IASs e IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

# 3.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

	Porcentagem de Participa				
Controladas	31/12/12	31/12/11			
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	100,00%	100,00%			
Marfrig Chile S.A	99,47%	99,47%			
Inaler S.A	100,00%	100,00%			
Frigorífico Tacuarembó S.A	93,72%	93,68%			
Weston Importers Ltd	100,00%	100,00%			
Masplen Limited	100,00%	100,00%			
Prestcott International S.A	100,00%	100,00%			
Secculum Participações Ltda	99,99%	99,00%			
União Frederiquense Partic. Ltda	99,99%	99,99%			
QuickFood S.A (2)	-	90,05%			
Establecimientos Colonia S.A	100,00%	100,00%			
Marfrig Holdings (Europe) BV	100,00%	100,00%			
Seara Holding (Europe) BV	100,00%	100,00%			
Columbus Netherlands BV	100,00%	100,00%			
Marfrig Overseas Ltd	100,00%	100,00%			
Marfood USA Inc.	100,00%	100,00%			
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I (1)	-	100,00%			
MFG Agropecuária Ltda.	99,99%	99,99%			
MFG Comercializadora de Energia Ltda	99,99%	99,99%			
Marfrig Argentina S.A	99,78%	-			
Athena Alimentos S.A	100,00%	-			
Baumhardt Comércio e Participações Ltda. (3)	73,94%	-			
- Excelsior Alimentos S.A.	25,10%	-			
Excelsior Alimentos S.A. <sup>(4)</sup>	46,01%	-			

- (1) Dando continuidade ao processo de reestruturação do Grupo Marfrig, na Divisão de Aves, no mês de junho a Marfrig Alimentos S.A. transferiu o total de sua participação na Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I. para a Marfrig Holdings (Europe) B.V. Com esta operação a Marfrig Alimentos S.A não perdeu o controle desta subsidiaria;
- (2) Conforme divulgado em Fato Relevante, em 13/06/2012 foi concluída a transação de permuta dos ativos entre a BRF Brasil Foods S.A e a Marfrig Alimentos S.A. Nesta operação foi transferida à BRF a totalidade da participação acionaria que a Marfrig Alimentos S.A. possuía da Quickfood S.A.;
- (3) Conforme divulgado em Fato Relevante, em 13/06/2012 foi concluída a transação de permuta dos ativos entre a BRF Brasil Foods S.A e a Marfrig Alimentos S.A, todavia, no contexto da transição da referida operação, assumimos o controle da Baumhardt Comércio e Participações Ltda. em 02/07/2012. A Baumhardt Comércio e Participações Ltda. detêm 25,10% do capital social da Excelsior Alimentos S.A.
- (4) Conforme divulgado em Fato Relevante, em 13/06/2012 foi concluída a transação de permuta dos ativos entre a BRF Brasil Foods S.A e a Marfrig Alimentos S.A, todavia, no contexto da transição da referida operação, assumimos o controle da Excelsior Alimentos S.A. em 02/07/2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

As demonstrações financeiras das companhias controladas sediadas no exterior foram elaboradas originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas às práticas contábeis emanadas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS utilizando as suas respectivas moedas funcionais, sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

# 3.3. Reclassificação na demonstração de resultado e demonstração do fluxo de caixa de 2011

Conforme divulgado no fato relevante de 02 de maio de 2012, a Companhia concluiu parcialmente a venda dos ativos de logística da Keystone para a Martin-Brower. Desta forma, para atender aos requerimentos previstos no CPC 31 e para fins de comparação a Companhia e suas subsidiarias reapresentaram as demonstrações de resultados, demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações dos resultados abrangentes do ano de 2011.

# 4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

31/12/12	31/12/11
832.586	1.042.671
87.322	34.149
919.908	1.076.820
	832.586 87.322

O caixa e equivalentes de caixa das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada abaixo:

Bra	Brasil		Exterior	
31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
183.455	128.056	438.001	515.289	
1.615	11.108	-	-	
185.070	139.164	438.001	515.289	
	31/12/12 183.455 1.615	31/12/12     31/12/11       183.455     128.056       1.615     11.108	31/12/12     31/12/11     31/12/12       183.455     128.056     438.001       1.615     11.108     -	

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;
- Depósitos bancários à vista;
- Numerário em trânsito.

# 4.1. Caixa por moeda

Segue abaixo o demonstrativo de caixa e bancos por moeda:

Control	adora	Consolidado		
31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
149.493	243.506	200.215	292.537	
61.637	153.463	257.369	247.755	
-	2.357	21.499	105.960	
-	-	610	207.482	
-	-	-	1.204	
-	-	8.437	81.128	
-	-	5.984	9.645	
-	-	208.813	24.890	
-	-	17.912	-	
-	-	28.366	-	
-	-	69.153	-	
-	-	14.228	72.070	
211.130	399.326	832.586	1.042.671	
	31/12/12 149.493 61.637 - - - - - -	149.493	31/12/12     31/12/11     31/12/12       149.493     243.506     200.215       61.637     153.463     257.369       -     2.357     21.499       -     -     610       -     -     8.437       -     -     5.984       -     -     208.813       -     -     28.366       -     -     69.153       -     -     14.228	

# 4.2. Equivalentes de caixa

Segue abaixo o demonstrativo dos equivalentes de caixa por modalidade:

					Controla	idora
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/12	31/12/11
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	32.072	1
Conta Remunerada (2)	31/03/2014	1,26	Dolar	0,35	40.930	17.753
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	12.705	5.287
Total				_	85.707	23.041

					Consolic	lado
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/12	31/12/11
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	32.072	9.380
Conta Remunerada (2)	31/03/2014	1,26	Dolar	0,35	40.930	17.753
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	14.320	7.016
Total				_	87.322	34.149

<sup>(1)</sup> Prazo médio ponderado de vencimento em anos;

<sup>(2)</sup> As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do respectivo instrumento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 4.2.1. Poupança Aplicação Automática

Os saldos em conta-corrente remanescentes diariamente, em reais, são transferidos automaticamente para esta modalidade de aplicação, sendo remunerados por taxas praticadas no mercado financeiro.

#### 4.2.2. Conta Remunerada

Trata-se de valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportações e operações financeiras, mantidos em contas no exterior. A remuneração é efetuada sobre uma taxa pré-fixada.

# 5. Aplicações financeiras

	Controla	adora	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Aplicações financeiras	904.239	877.165	2.259.172	2.401.037	
	904.239	877.165	2.259.172	2.401.037	

Segue abaixo o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

					Control	adora
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/12	31/12/11
Mantidos para negociação:						
Certificados de Déposito Bancario - CDB (2)	28/08/2014	1,21	Real	6,90	157.108	619.302
Operação Compromissada	12/12/2013	0,47	Real	6,90	670.899	188.022
Nota de Credito Externa	04/09/2014	1,70	Euro	0,35	8.163	7.346
Títulos de Capitalização	29/04/2014	1,34	Real	2,43	100	102
CLN	17/07/2017	4,61	Dolar	6,89	67.969	62.393
Total					904.239	877.165
Total circulante					904.139	877.065
Total não circulante					100	100

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

				_	Consolid	ado
	Vencimentos	PMPV (1)	Moeda	Taxa de juros média a.a%	31/12/12	31/12/11
Mantidos para negociação						
Certificados de Déposito Bancário - CDB (2)	28/08/2014	1,21	Real	6,90	275.987	1.002.199
Certificados de Déposito Bancário - CDB (2)	Imediato	0,25	Dolar	0,35	-	37
Operação Compromissada	12/12/2013	0,47	Real	6,9	670.900	188.022
Títulos e Ações	31/12/2013	0,10	Dolar	5,00	2.842	-
Prazo Fixo	30/06/2013	0,10	Dolar	0,11	22.070	20.148
Nota de Crédito Externa	04/09/2014	1,70	Euro	0,35	8.163	7.346
Circular 1456	31/03/2013	0,62	Dolar	0,02	72.078	67.350
Títulos de Capitalização	29/04/2014	1,34	Real	2,43	100	112
CLN (2)	17/07/2017	4,61	Dolar	6,89	1.207.032	1.115.823
					2.259.172	2.401.037
				<u>=</u>		
Total circulante					2.258.286	2.400.140
Total não circulante					886	897

- (1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos;
- (2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim ser resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

#### 5.1. Certificado de Depósito Bancário - CDB

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 99% a 102%.

#### 5.2. Operações compromissadas

Operações lastreadas em debêntures, que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 100% a 102%. Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

#### 5.3. Prazo fixo

As aplicações desta modalidade são efetuadas em dólares norteamericanos, não existindo remuneração, sendo esta operação específica da Argentina.

#### 5.4. Nota de crédito externa

As aplicações desta modalidade são efetuadas em Euro e Dólar e são remuneradas a uma taxa pré-fixada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

#### 5.5. Circular nº1456

As aplicações desta modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em dólares norte-americanos junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas à taxa pré-fixada, sendo realizadas entre 180 e 270 dias antes da exportação.

### 5.6. Títulos de capitalização

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

#### 5.7. Títulos e ações

Aplicação financeira efetuada em dólar de liquidez imediata junto ao Banco Galicia, remuneradas a 6,50% a.a.

#### 5.8. CLN - Credit linked note

As Credit Linked Notes "CLN" constituem um instrumento financeiro utilizado exclusivamente para gerir recursos entre empresas do Grupo situadas em jurisdições diferentes da brasileira e corresponde a uma nota de crédito que contempla o risco da Companhia.

Os recursos aplicados nestes instrumentos são oriundos de captações efetuadas no mercado de capitais internacionais emitidas por subsidiarias do Grupo Marfrig no exterior e que, por estratégia de gestão de caixa e liquidez são mantidos nas próprias subsidiarias emissoras no exterior. A taxa média de remuneração é de 6,89% a.a.

Uma vez que estas operações estão registradas a valor justo de mercado e refletidas nas demonstrações financeiras, todo e qualquer risco embutido já se encontra devidamente reconhecido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

#### 6. Valores a receber - Clientes nacionais e internacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Valores a receber - clientes nacionais	358.335	194.492	1.397.726	1.034.152
(-) Ajuste a valor presente	(4.103)	(904)	(5.974)	(1.642)
	354.232	193.588	1.391.752	1.032.510
Valores a receber - clientes internacionais	356.149	451.855	797.409	924.177
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACE'S	(219.007)	(262.776)	(389.426)	(651.535)
(-) Ajuste a valor presente	(5.091)	(1.445)	(6.420)	(2.246)
	132.051	187.634	401.563	270.396
	486.283	381.222	1.793.315	1.302.906
Valores a vencer:	694.485	609.328	1.783.002	1.453.440
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	17.501	32.638	259.919	347.777
de 31 a 60 dias	1.896	1.844	64.969	58.142
de 61 a 90 dias	602	2.537	87.245	95.996
Acima de 90 dias	7.181	5.986	67.448	77.384
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACE'S	(219.007)	(262.776)	(389.426)	(651.535)
(-) Ajuste a valor presente	(9.194)	(2.349)	(12.394)	(3.888)
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(7.181)	(5.986)	(67.448)	(74.410)
	486.283	381.222	1.793.315	1.302.906

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos e, assim, constituir adequadamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado considerando os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(5.986)	(74.410)
Créditos provisionados no exercício	(2.476)	(124.653)
Créditos recuperados no exercício	1.281	119.131
Créditos baixados definitivamente da posição	-	16.600
Variação cambial	-	(4.116)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(7.181)	(67.448)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

A conjuntura econômica atual já apresenta tendência de melhora no tocante às vendas e volume de crédito no mercado, o que reflete no poder de compra dos clientes e no pagamento dentro do prazo.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.6.

# 7. Estoques de produtos e mercadorias

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/12 31/12/11		31/12/12	31/12/11	
Produtos acabados	499.623	528.015	2.046.296	2.016.342	
Matérias-primas	-	2.048	357.967	321.875	
Embalagens e Almoxarifados	29.447	21.516	328.858	220.320	
(-) Provisão	(7.560)	(18.066)	(29.389)	(31.710)	
	521.510	533.513	2.703.732	2.526.827	

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.6.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(18.066)	(31.710)
Utilização da provisão	18.066	61.087
Constituição de provisão	(7.560)	(54.820)
Ganhos(perdas) na conversão	<del>_</del>	(3.946)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(7.560)	(29.389)

### 8. Ativos biológicos

	Contro	ladora	Conso	lidado
Corrente	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativo biológico - bovinos	18.414	25.609	373.892	251.986
Ativo biológico - aves	-	-	187.619	212.061
Ativo biológico - suínos	-	-	336.954	221.317
Ganho(Perda) na conversão	-	-	45.367	25.805
	18.414	25.609	943.832	711.169
Não corrente Ativo biológico - bovinos Ativo biológico - aves		-	12.644 185.893	21.826 167.154
Ativo biológico - suínos	-	-	34.188	20.946
Ganho(Perda) na conversão			20.636	9.857
			253.361	219.783
	18.414	25.609	1.197.193	930.952

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados.

No tocante a aves e suínos, os mesmos são considerados imaturos até atingirem o peso adequado para abate. O processo de abate ocorre de forma sequencial em um curto período de tempo e, dessa forma, apenas os animais vivos transferidos para abate são classificados como maduros.

Devido ao curto período de tempo de formação de aves, suínos e, pelo fato de não haver cotação de mercado para esses animais, a Companhia avaliou esses ativos biológicos com base num modelo do fluxo de caixa descontado, não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação a bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate, cujo ciclo de vida é em média de 3 anos. A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito "Mark to Market - MtM", considerando as cotações da arroba do boi / vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são matrizes, destinados a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil dos animais. As matrizes de aves possuem uma vida útil de 36 semanas em

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

média, e as matrizes de suínos são amortizadas a uma taxa media de 33% a.a. Com relação a bovinos, a vida útil de uma matriz de reprodução é de 5 anos. Segue abaixo demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

#### Ativo biológico corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	25.609	711.169
Aumento devido a aquisições	41.998	1.669.899
(-) Baixa para abate	(77.626)	(6.000.280)
Gastos com insumos para engorda	18.751	5.057.038
(-) Diminuição devido a vendas	-	(505.589)
Aumento líquido (redução) devido aos nascimentos (mortes)	(377)	(2.502)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda (*)	10.059	(5.465)
Conversão de balanço	-	19.562
Saldo em 31 de dezembro de 2012	18.414	943.832

#### (\*) Aplicável somente a bovinos.

### Ativo biológico não corrente:

Controladora	Consolidado
-	219.783
-	212.005
-	(45.808)
-	154.618
-	(23.754)
-	673
-	(6.640)
-	(259.415)
-	-
-	1.899
	253.361
	Controladora

<sup>(\*)</sup> Aplicável somente a bovinos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolid	lado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS	446.167	377.294	840.773	651.736	
Crédito Presumido do IPI	61.668	61.516	70.447	69.301	
Crédito de PIS	192.050	175.989	379.779	335.549	
Crédito da Cofins	799.308	640.584	1.484.159	1.316.155	
Imposto de Renda	51.848	75.456	114.157	125.664	
Contribuição Social	14.625	12.716	24.657	22.095	
IRRF	9.881	31.594	10.791	47.877	
IVA	-	-	79.392	62.800	
Certificados de exportação	-	-	18.410	23.314	
Créditos ONCCA	-	-	-	9.063	
Outros	1.232	5.931	43.789	26.439	
(-) Provisão por não realização	(360.531)	(295.347)	(593.257)	(475.945)	
	1.216.248	1.085.733	2.473.097	2.214.048	
Ativo Circulante	539.513	467.002	1.240.457	1.025.496	
Ativo não Circulante	676.735	618.731	1.232.640	1.188.552	

### 9.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

### 9.2. Crédito presumido do IPI

Refere-se ao ressarcimento de PIS e COFINS incidentes sobre os insumos adquiridos no mercado interno para consumo no processo de bens efetivamente exportados.

#### 9.3. PIS e COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.

### 9.4. Imposto de Renda e Contribuição Social

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 9.5. Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF

Refere-se ao IRRF sobre ganhos nas aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

# 9.6. Imposto Sobre Valor Agregado - IVA

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

# 9.7. Certificados de exportação

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

# 9.8. Créditos ONCCA (Oficina Nacional de Controle Comercial Agropecuário)

Trata-se de um benefício concedido na Argentina, pelo Ministério de Agricultura Ganadeira y Pesca às empresas que investem em confinamentos (Feedlots).

# 9.9. Provisão para não realização

As provisões para não realização foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo feita principalmente sobre os créditos de PIS/COFINS.

A movimentação da provisão por não realização dos impostos a recuperar está demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(295.347)	(475.945)
Revisão de Provisão	-	(189)
Constituição de provisão	(65.184)	(117.123)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(360.531)	(593.257)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

#### 10. Títulos a receber

Controladora		Consol	idado
31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
2.838.257	1.963.350	-	-
53.201	2.388	72.266	24.585
52.356	33.530	58.810	41.689
2.943.814	1.999.268	131.076	66.274
061 415	405 103	77 272	28.362
1.982.399	1.594.075	53.704	37.912
	31/12/12 2.838.257 53.201 52.356 2.943.814 961.415	31/12/12     31/12/11       2.838.257     1.963.350       53.201     2.388       52.356     33.530       2.943.814     1.999.268       961.415     405.193	31/12/12     31/12/11     31/12/12       2.838.257     1.963.350     -       53.201     2.388     72.266       52.356     33.530     58.810       2.943.814     1.999.268     131.076       961.415     405.193     77.372

Os títulos a receber da Companhia, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 10.1.

### 10.1. Partes relacionadas

As tabelas abaixo, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações S.A., mostram as operações entre à Companhia e suas subsidiárias integrais, em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora					
		31/	12/12		2012	
	Contas	Contas	Títulos	Títulos		
31 de Dezembro de 2012	a receber	a pagar	a receber	a pagar	Compras	Vendas
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-	-	3.325	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	8.632	1.163	28.218	469	7.331	148.246
Cledinor S.A.	-	6.098	-	-	18.668	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-		229.957	-	-	-
Establecimientos Colonia S.A.	-	2.542	-	-	4.604	115
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	9.577	7.359	-	19.438	
Grupo Mabella	-	-	21.581	-	-	-
Inaler S.A.	-	4.238	-	-	10.608	
Keystone US	-	2	-	-	-	231
Marfood USA	-	-	111.720	-	-	1.392
Marfrig Argentina S.A	-	1.952	175.675	-	17.921	-
Marfrig Chile S.A.	5.933	-	-	-	-	137.894
Marfrig Holdings BV	-		129.468	953.463	-	-
Marfrig Overseas	-	-	62.399	9.401	-	-
MBL Alimentos Ltda	17	-	212	275	-	72
MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A	36.906	53.423	1.339.945	-	914.281	488.937
MFG (USA) Holdings.	-	-	15.940	6.080	-	
MFG Agropecuária	3	25.832	214.523	-	176.119	36.565
Moy Park Limited	-	-	1.948	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	9.406		172.645	-	1.801	100.639
Penasul Alimentos Ltda	-		5.582	400	-	-
Penasul UK	-	-	44	-	-	-
Quickfood S.A.	-		-	-	16.149	-
Seara Holding BV	1.466	6.590	283.844	716.591	9.702	10.402
Weston Importers Ltd.	58.282		-	-	-	228.508
Zendaleather S.A. (ZENDA)	-	12	33.872	-	5	3.909
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	1.618	-	-	2.501	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	3.303	-	-	14.843	-
	120.645	116.350	2.838.257	1.686.679	1.213.971	1.156.910

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora					
		3	1/12/11		201	11
	Contas	Contas	Títulos	Títulos		
31 de Dezembro de 2011	a receber	a pagar	a receber	a pagar	Compras	Vendas
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-		3.286	-	-	284
Braslo Produtos de Carne Ltda	8.131	1.896	27.536	-	19.443	87.187
Cledinor S.A.	-	2.674	-	-	8.987	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-		225.316	-	122	1
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.187	-	-	7.550	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	640	29	-	1.884	-
Grupo Mabella	-	190	21.809	-	7.075	737
Inaler S.A.	-	1.882	-	-	3.779	-
Keystone APMEA	-	-	-	-	-	1.055
Keystone MC Lux	482	-	-	-	-	-
Marfood USA	1.502	-	99.131	-	-	1.511
Marfrig Chile S.A.	24.656	-	-	-	-	58.434
Marfrig Holdings BV	-	-	59.648	623.107	-	-
Marfrig Overseas	-	-	146.782	-	-	-
MBL Alimentos Ltda	-	-	49	275	-	838
MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A	21.353	54.232	950.095	-	801.199	235.223
MFG Agropecuária	3	4.346	97.662	-	14.656	11.683
MFG (USA) Holdings	-		4.293	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-		44.994	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	16.430	40	140.348	-	1.543	93.137
Penasul Alimentos Ltda	-		5.447	-	2	-
Penasul UK	-		27	-	-	-
Quickfood S.A.	-	6.599	10.364	-	19.892	-
Seara Holding BV	355	1.876	96.725	-	6.780	5.153
Weston Importers Ltd.	16.524	-	-	-	-	27.693
Zendaleather S.A. (ZENDA)	897	7	29.809	-		5.076
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	-	-	-	5.091	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	2.993	-	-	3.188	-
	90.333	78.562	1.963.350	623.382	901.191	528.012

	Consolidado			
	Total de			
	Contas	a Pagar	Compras n	o período
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Marcos Antonio Molina dos Santos	1.618	-	3.136	55.839
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	3.303	2.993	46.370	3.188
	4.921	2.993	49.506	59.027

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações S.A., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja superior ao valor de alçada definido pelo próprio Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente, sendo parte relacionada definida como qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Abaixo do limite de alçada, a Diretoria e o Comitê Financeiro, dependendo do valor, aprovam as operações entre Partes Relacionadas.

Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.

A natureza dos relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig são representados por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro.

As transações de mútuos (títulos a receber e a pagar) entre as empresas relacionadas são geridas por contratos, estipulando prazos, taxas e condições diversas. O prazo médio dos contratos é de 2 anos. As taxas de mútuos variam de 1% a.a. até 3% a.a., e nas transações com empresas controladas no exterior aplica-se mais a LIBOR (London Interbank Offered Rate).

As transações de compra ou venda de produtos acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne in natura e produtos industrializados de bovinos, aves, ovinos e suínos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as demonstrações financeiras consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

#### 11. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativo

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/12 31/12/11		31/12/12	31/12/11
Imposto de renda	680.162	529.294	1.416.046	1.111.104
Contribuição social	246.565	192.254	435.701	332.432
Ativo não circulante	926.727	721.548	1.851.747	1.443.536

Os créditos fiscais referem-se ao Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, calculados sobre as adições temporárias que foram adicionadas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, bem como apurados sobre prejuízos fiscais, adições temporárias e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do exercício de 2012 em diante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

31	dΘ	dezemb	ırn de	2012

		Consolidado		
Descrição	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2011	529.294	192.254	1.111.104	332.432
(-) Realização por aproveitamento fiscal do ágio	(23.459)	(8.445)	(23.459)	(8.445)
(-) Realização de tributos sobre prejuizo fiscal	-	-	(40.142)	-
Tributos diferidos sobre prejuizo fiscal	103.388	-	297.615	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSL	-	37.220	-	91.241
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	-	-	(15.132)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	70.939	25.536	118.423	38.520
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	-	-	(11.133)	(4.646)
Outros (*)	-	<u> </u>	(36.362)	1.731
Saldo final em 31 de dezembro de 2012	680.162	246.565	1.416.046	435.701

<sup>(\*)</sup> No saldo de "Outros" está alocada a baixa do saldo de IR diferido ativo da Quickfood S.A., por consequência da conclusão do Contrato de Permuta de Ativos entre Marfrig X BRF.

A expectativa de recuperabilidade dos saldos de ativos diferidos da Companhia e suas controladas estão baseadas em laudos de avaliação e análises internas, elaborados por profissionais especializados. O valor de uso dos créditos é estimado com base na projeção de lucros tributáveis futuros, resultado das expectativas da Companhia para futuras gerações de lucros tributáveis. As projeções levaram em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento.

A expectativa de realização do "Ativo Fiscal Diferido", fundamentada em estudo técnico de viabilidade conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, está definida da seguinte forma:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Exercício	Controladora	Consolidado
2013	_	46.623
2014	18.925	183.050
2015	67.908	200.222
2016	112.326	252.286
2017	130.526	269.585
2018 a 2022	597.042	899.981
	926.727	1.851.747

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia realizou R\$ 139.319 do "Ativo Fiscal Diferido", tendo em vista o aproveitamento fiscal do ágio e a compensação com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL.

#### 12. Investimentos

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Participação em sociedades controladas	5.472.231	4.728.809	-	-
Outros Investimentos	135_	135	11.107	13.195
	5.472.366	4.728.944	11.107	13.195

# 12.1. Investimentos (Controladora)

Valor dos investimentos em controladas em 31 de dezembro de 2012:

	Nº de quotas/ações	Porcentual de partic. no capital votante(1)	Negociação em bolsa	Capital Soci	Patrimônio al Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período	Valor do PL conforme % participação
MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A.	78.573.743	100,00	Não	78.5	4 (3.458)	29.365	(3.588)
Marfrig Chile S.A.	13.358.426.280	99,47	Não	50.8	6 49.774	3.614	49.511
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Não	2.9	8 44.987	1.538	44.966
Frigorífico Tacuarembó S.A	156.436.236	93,72	Năo	13.3	0 131.764	10.375	121.298
Weston Importers Ltd	8.101.296	100,00	Não	26.7	0 25.645	(593)	25.550
Masplen Limited	100	100,00	Năo	7.5	4 36.850	(1.123)	32.538
Prestcott International S.A	79.693.916	100,00	Não	5.9	1 52.080	73	52.045
QuickFood S.A			-			(7.027)	
Establecimientos Colonia S.A	403.237.385	100,00	Não	53.6		(9.121)	70.259
Columbus Netherlands BV	19.525.245	100,00	Não	57.2		(32.663)	80.069
Marfood USA, Inc	50.000	100,00	Não	7.5	,	(12.691)	(36.596)
Marfrig Overseas Ltd	1	100,00	Não		- (129.107)	(41.931)	(129.107)
MFG Agropecuária Ltda.	9.999	99,99	Não		- (3.141)	(11.826)	(3.140)
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	301.992.226	99,78	Não	134.5	8 72.819	(46.775)	72.703
MFG Comercializadora de Energia Ltda	149.985	99,99	Não		- 32	32	32
Secculum Participações Ltda	9.199.999	99,99	Não	9.20	0 8.202	(991)	8.201
União Frederiquense Partic. Ltda	552.031.080	99,99	Não	552.0	765.612	(92.540)	765.435
Marfrig Holdings(Europe) BV	240.381	100,00	Não	1.976.7	6 2.394.382	47.585	2.394.382
Seara Holding (Europe) BV	490.285.420	100,00	Não	1.261.2	8 1.106.622	(455.920)	1.106.124
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I		-				424.230	
Athena Alimentos S.A.	525.747.399	100,00	Não	516.7	3 796.428	(217)	796.428
Excelsior Alimentos S.A.	3.372.033	46,01	Sim	14.0	0 39.688	2.665	18.260
Baumhardt Comércio e Participações Ltda.	9.168	73,94	Năo	1.2	9.280	669	6.861
Total				4.770.3	5.512.303	(193.272)	5.472.231

(1) O capital total das empresas controladas é igual ao capital votante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Total de ativos	Total de passivos	Participação dos não controladores	Receita Líquida	Participação do grupo nos lucros/prejuízos
MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A.	1.492.242	1.495.701		2.250.589	29.365
Marfrig Chile S.A.	142.097	92.322	264	266.098	3.595
Inaler S.A	120.106	75.119	-	267.184	1.538
Frigorífico Tacuarembó S.A	254.699	122.935	8.275	421.122	9.723
Weston Importers Ltd	180.088	154.443	-	403.204	(593)
Masplen Limited	341.920	305.070		279.324	(1.123)
Prestcott International S.A	114.801	62.720		300.312	73
QuickFood S.A	-	-	-	672.259	-
Establecimientos Colonia S.A	223.321	152.952	-	243.901	(9.121)
Columbus Netherlands BV	465.281	329.928	-	391.685	(32.663)
Marfood USA, Inc	100.145	136.740		107.357	(12.691)
Marfrig Overseas Ltd	1.688.774	1.817.881	-	-	(41.931)
MFG Agropecuária Ltda.	231.366	265.196	-	176.503	(11.825)
Marfrig Argentina Sociedad Anônima	416.679	343.851	160	466.137	(46.673)
MFG Comercializadora de Energia Ltda	2.035	2.003	-	21.248	32
Secculum Participações Ltda	24.514	16.390	1	8.618	(991)
União Frederiquense Partic. Ltda	2.288.089	1.529.811	77	804.408	(92.531)
Marfrig Holdings(Europe) BV	7.870.805	5.408.068	-	8.347.554	47.585
Seara Holding (Europe) BV	6.646.170	5.539.548		7.121.518	(455.920)
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I	-	-	-	882.101	-
Athena Alimentos S.A.	956.170	159.742	-	13.213	- 217
Excelsior Alimentos S.A.	87.287	47.600	21.427	52.446	1.226
Baumhardt Comércio e Participações Ltda.	10.021	742	2.418	-	495
Total	23.656.610	18.058.762	32.622	23.496.781	(612.647)

# 12.2. Movimentação dos investimentos (Controladora)

	Saldo Contábil em 31/12/2011	Ajuste de Avaliação Patrimonial (1)	Aquisição/ Baixa	Redução/Aumento de capital	Total Investimento no período	Resultado da Eq. Patrimonial	Efeito de conversão de balanço	Saldo Contábil em 31/12/2012
MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A	(32.861)			-	•	29.274	-	(3.587)
Marfrig Chile S.A.	42.146	3.617			-	3.595	153	49.511
Inaler S.A.	39.590	3.548			-	1.746	82	44.966
Frigorífico Tacuarembó S.A.	103.362	9.152	-		-	8.149	634	121.297
Weston Importers Ltd.	23.142	2.677	-	-	-	(332)	63	25.550
Masplen Limited	35.258	(1.968)	-		-	(2.723)	1.971	32.538
Prestcott International S.A.	47.554	3.510	-	-	-	219	761	52.044
QuickFood S.A	173.943	(17.790)	(151.996)	-	(151.996)	(6.002)	1.845	-
Establecimientos Colonia S.A	72.861	5.771	-	-	-	(8.744)	371	70.259
Columbus Notherlands	103.491	10.410	-	-	-	(32.666)	(1.166)	80.069
Marfood USA	(21.397)	512	-	-	-	(12.692)	(3.019)	(36.596)
Marfrig Overseas	(78.271)	(4.923)	-	-	-	(41.931)	(3.981)	(129.106)
MFG Brasil	8.687	-	-	-	-	(11.825)	(1)	(3.139)
Marfrig Argentina S.A.	-	(3.366)	1	131.331	131.332	(46.545)	(8.718)	72.703
MFG Comercializadora de Energia Ltda	-	-	-	-	-	(51)	84	33
Secculum Participações Ltda.	9.069	36	-		-	(991)	85	8.199
União Frederiquense Partic. Ltda.	855.062	3.363	-		-	(92.483)	(508)	765.434
Marfrig Holdings(Europe) BV	1.203.005	(11.969)	1.126.860		1.126.860	47.764	28.723	2.394.383
Seara Holding BV	1.551.463	10.343	-		-	(455.887)	205	1.106.124
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I	592.705	60.335	(1.081.719)	-	(1.081.719)	424.230	4.449	-
Athena Alimentos S.A.	-	-	796.645		796.645	(217)	-	796.428
Excelsior Alimentos S.A.		(1.349)	18.595	-	18.595	1.226	(212)	18.260
Baumhardt Comércio e Participações Ltda.	-	614	5.838	-	5.838	495	(86)	6.861
Total	4.728.809	72.523	714.224	131.331	845.555	(196.391)	21.735	5.472.231

<sup>(1)</sup> Efeito de equivalência reflexa das contas de patrimônio liquido das controladas.

# 12.3. Permuta de ativos entre Brasil Foods e Marfrig Alimentos S.A.

A Companhia concluiu em 11 de junho de 2012 a operação de permuta de ativos e outras avenças com a BRF - Brasil Foods S.A., Sadia S.A. e Sadia Alimentos S.A., conforme fato relevante divulgado pela Companhia em conjunto com a BRF - Brasil Foods S.A. em 13 de junho de 2012.

Nessa data, a Marfrig adquiriu um negócio que contempla os seguintes ativos: (a) aquisição da totalidade das ações da empresa Athena Alimentos S.A, que abriga as principais plantas e centros de distribuição que foram transferidos; (b) a participação acionária de 64,57%, direta e indireta, da empresa de capital aberto Excelsior Alimentos S.A. (c) e as quotas da Baumhardt Comércio e Participação Ltda. Em contra partida, a Marfrig transferiu à BRF a totalidade da participação acionária que possuía na Quickfood S.A., mais uma importância em dinheiro de R\$ 350 milhões. O pagamento do montante de R\$ 350 milhões vem ocorrendo em fases, sendo: o primeiro e o segundo pagamento já quitados no montante de R\$ 25 milhões cada, o terceiro também já quitado de R\$ 50 milhões e, o saldo restante de R\$ 250 milhões vem sendo pago em 72 parcelas desde Agosto de 2012, atualizado a uma taxa fixa de 12,11% ao ano.

Conforme previsto em contrato, a transferência das ações da Excelsior Alimentos S.A. e as quotas da Baumhardt Comércio e Participação Ltda., foi concluída em 02 de julho de 2012.

A mais valia (valor justo dos ativos e passivos recebidos na transação) gerada nesta operação foi de R\$ 304 milhões. A administração da Companhia concluiu a alocação da mais valia gerada aos respectivos ativos e passivos correspondentes, conforme previsto no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, com base em laudo preparado por consultores externos. Os efeitos tributários diferidos foram devidamente reconhecidos, quando aplicáveis.

Os valores demonstrados abaixo retratam o destacado acima:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	_	R\$ mil
Ativos da empresa Athena Alimentos S.A.	(a)	784.035
Imobilizado		753.066
Intangível		189.084
IR/CS diferido		(158.115)
Estoques	(b)	119.157
Provisões Trabalhistas	(c)	(21.009)
Participação do Controlador na Companhia Excelsior Alimentos S/A	(d)	37.022
Participação dos acionistas não controladores da Excelsior Alimentos S/A	(e)	(13.117)
Valor contábil dos ativos adquiridos e passivos assumidos		906.088
Valor do negócio avalido por especialistas - conforme laudo	(f)	918.698
Ágio por expectativa de rentabilidade futura		12.610
Valor acordado pela compra do negócio		798.867
(-) Ajuste no preço de compra	(g)	(75.256)
Valor efetivamente pago pelo negócio - ajustado		723.611
(=) Compra vantajosa - Ganho na operação	(h)	195.087
Taxa de Imposto de Renda eContribuição Social	_	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	_	66.330

(a) A Athena Alimentos S.A., sociedade para a qual foram transferidos os ativos detidos pela BRF e suas afiliadas, conforme referido no TCD. Estes ativos consistem em: (1) marcas e direitos de propriedade intelectual, como: Rezende, Wilson, Texas, Tekitos, Patitas, Escolha Saudável, Light & Elegant, Fiesta, Freski, Confiança, Doriana e Delicata; (2) todos os bens e direitos relacionados a 6 (seis) centros de distribuição localizados em: Salvador -BA, Brasília - DF, Campinas - SP, Bauru - SP, Ribeirão Preto - SP e Cubatão - SP, e 2 (dois) centros de distribuição alugados, localizados em Duque de Caxias - RJ e São José dos Pinhais - PR; (3) todos os bens e direitos relacionados (inclusive imóveis, instalações e equipamentos) das seguintes unidades produtivas:

Tipo	Localização
Fábrica de alimentos processados	Duque de Caxias - RJ
Fábrica de alimentos processados	Lages - SC
Fábrica de alimentos processados	Bom Retiro do Sul - RS
Fábrica de alimentos processados	Salto Veloso - SC
Fábrica de alimentos processados	Brasília - DF
Fábrica de alimentos processados	São Gonçalo - BA
Abatedouro de suínos	Três Passos - RS
Abatedouro de aves	Brasília - DF
Abatedouro de aves	São Gonçalo - BA
Fábrica de ração	Brasília - DF
Fábrica de ração	Feira de Santana - BA
Fábrica de ração	Três Passos - RS
Granja de matrizes de aves	Viamão - RS
3 (três) Granjas de matrizes de aves	Feira de Santana - BA
Granja de avós	Uberlândia - MG
Incubatório de aves	Brasília - DF
Incubatório de aves	São Gonçalo - BA
Equipamentos Industriais para produção de margarinas	Valinhos - SP
Fábrica de alimentos processados	Várzea Grande - MT

(b) De acordo com o contrato de permuta de ativos, especificamente para fins de elaboração do Balanço contábil da Athena, foi considerado e acrescido ao ativo

- da Athena o montante equivalente a R\$ 119.157 mil referentes à compra e venda de Estoque das Partes BRF para a Marfrig ou qualquer de suas Afiliadas;
- (c) Provisões trabalhistas no montante de R\$ 21.009 mil constantes do Balanço contábil da Athena, correspondente aos funcionários que foram transferidos da BRF à Marfrig ou qualquer de suas Afiliadas;
- (d) Participação acionária equivalente a 64,57% (sessenta e quatro vírgula cinqüenta e sete por cento) do capital social da empresa Excelsior Alimentos S.A., que foi efetivamente transferida à Marfrig em 02 de julho de 2012 esta acrescida da mais valia correspondente a esses ativos;
- (e) Participação acionária dos acionistas não controladores da empresa Excelsior Alimentos S.A., que foi efetivamente transferida à Marfrig em 02 de julho de 2012 esta acrescida da mais valia correspondente a esses ativos;
- (f) Consultores externos foram contratados pela Marfrig Alimentos S.A., para preparar o Laudo de Avaliação dos Ativos selecionados BRF (Ativos TCD), que constitui o negócio que foi adquirido. Desta forma, o valor dos Ativos TCD, de forma consolidada, foi avaliado pelo montante de R\$ 918.698 mil (novecentos e dezoito milhões e seiscentos e noventa e oito mil Reais);
- (g) Ajuste Financeiro decorrente dos Balanços contábeis no montante de R\$ 75.256 mil, referente ao capital de giro, disponibilidades e endividamento financeiro negociados em base zero pelo contrato de permuta de ativos;
- (h) Esta aquisição gerou uma compra vantajosa e o efeito do ganho foi registrado no resultado do exercício no grupo de "Outras receitas (despesas) operacionais". Os efeitos tributários também foram reconhecidos.

# 12.4. Venda dos ativos de logística da Keystone para Martin-Brower

Em 30 de abril 2012 a Companhia concluiu parcialmente a venda do negócio de serviço de logística especializada da sua controlada Keystone Foods para a rede de serviço rápido de alimentação da empresa The Martin-Brower Company, LLC. Tendo encerrado os termos negociais em Junho/2012, sendo concluído o processo de venda do negócio no último trimestre de 2012, não tendo impacto nos números já apresentados.

Conforme previsto no CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, esta venda resultou na baixa de um negócio da controlada Keystone e, desta forma, os ganhos e perdas gerados nesta transação estão apresentados no resultado das operações descontinuadas da Companhia. Desta forma, o ganho apurado nesta venda no montante de R\$ 194 milhões está registrado na demonstração do resultado do exercício consolidado, no grupo de "Resultado líquido no período das operações descontinuadas", bem como os efeitos na "demonstração do fluxo de caixa consolidado".

Os ganhos e perdas do período comparativo, relacionados ao negócio de logística vendido, foram reclassificados para o grupo de "Resultado líquido no período das operações descontinuadas", quando necessário, conforme previsto no CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

Adicionalmente, a Companhia esclarece que, devido a esta operação, o ágio que foi gerado quando da aquisição do Grupo Keystone, referente

aos ativos de logística, foram baixados. Para o ágio remanescente relacionado ao negocio de proteína, não foi identificado risco de *impairment*.

#### Abaixo demonstramos o resumo da venda:

	RS mil
Preço de venda	713.451
(-) Ajuste no preço de venda	(31.187)
(-) Despesas com assessores jurídicos e consultores externos	(8.208)
(=) Preço de venda ajustado	674.056
(-) Acervo líquido da Keystone Distribuição	(366.806)
(=) Ganho apurado na operação de venda dos ativos de logística	307.250
(-) Baixa do ágio da operação de logística (*)	(113.494)
(=) Ganho na operação antes dos impostos	193.756

(\*) Ágio da Operação de Logística (Keystone Distribuição) estava registrado na Controladora - Marfrig Alimentos S.A.

### 12.5. Reestruturação Societária na Divisão De Aves

Conforme anunciado ao mercado a Companhia e suas subsidiarias do segmento de aves, suínos e alimentos processados estão passando por um processo de reestruturação organizacional, visando garantir uma maior integração e, consequentemente, a criação de mais sinergias operacionais neste segmento.

Em consonância com esse processo em junho de 2012, a Marfrig Alimentos S.A. transferiu a totalidade da participação que tinha na subsidiaria Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I para sua também subsidiaria Marfrig Holdings (Europe) B.V. A Companhia esclarece que nesta operação não houve perda de controle, somente uma reorganização, conforme citado anteriormente.

Adicionalmente a esta operação, a Marfrig Holdings (Europe) B.V. transferiu a totalidade da participação direta que possuía na MoyPark Holdings (Europe) Limited para a Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.I. Esta operação visa concentrar todas as operações da região da Europa em uma única estrutura.

#### 13. Imobilizado

Os quadros a seguir demonstram a taxa média ponderada anual de depreciação pelo método linear, com base na vida útil econômica dos ativos e seus saldos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# Movimentação do custo de aquisição da Controladora:

							Controladora
	_						31/12/12
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Adições	Baixas	Transferencias	Depreciação Acumulada	Custo
Terrenos	0,00%	40.046	-	-	7.597	-	47.643
Edificações e prédios	2,97%	550.989	-	-	127.842	(73.465)	605.366
Máquinas e equipamentos	9,90%	289.101	30.232	(1.582)	480	(111.468)	206.763
Móveis e utensílios	10,09%	10.856	1.694	(199)	106	(4.012)	8.445
Instalações	5,21%	477.066	307	-	156.932	(74.743)	559.562
Veículos	11,44%	15.460	330	(15)	8.161	(14.843)	9.093
Equipamentos de informática	18,02%	8.352	532	(176)	1.377	(6.534)	3.551
Aeronaves	20,00%	382	-	-	-	(381)	1
Adiantamento aquisição de imobilizado	0,00%	13.395	1.411	-	(7.794)	-	7.012
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,00%	3.037	-	-	(59)	(269)	2.709
Arrendamento - veículos	9,37%	38.053	282	(62)	(8.542)	(18.137)	11.594
Arrendamento - informática	8,76%	16.075	2.218	-	(383)	(11.778)	6.132
Arrendamento - máquinas	8,16%	33.850	36	-	(423)	(9.176)	24.287
Arrendamento - instalações	5,00%	89.636	-	-	(71.160)	(18.244)	232
Arrendamento - edificações	0,00%	43.685	-	-	(37.370)	(6.315)	-
Obras em andamento	0,00%	96.292	141.579	-	(176.832)	-	61.039
Outras imobilizações	0,00%	223	17	(13)	68	(118)	177
	_	1.726.498	178.638	(2.047)	-	(349.483)	1.553.606

# Movimentação do saldo líquido da Controladora:

							Controladora
		31/12/11					31/12/12
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Líquido	Adições	Baixas	Transferencias	Depreciação	Líquido
Terrenos	0,00%	40.046	-	-	7.597	-	47.643
Edificações e prédios	2,97%	491.209	-	-	127.842	(13.685)	605.366
Máquinas e equipamentos	9,90%	197.369	30.232	(1.582)	480	(19.736)	206.763
Móveis e utensílios	10,09%	7.862	1.694	(199)	106	(1.018)	8.445
Instalações	5,21%	424.494	307	-	156.932	(22.171)	559.562
Veículos	11,44%	2.058	330	(15)	8.161	(1.441)	9.093
Equipamentos de informática	18,02%	2.743	532	(176)	1.377	(925)	3.551
Aeronaves	20,00%	77	-	-	-	(76)	1
Adiantamento aquisição de imobilizado	0,00%	13.395	1.411	-	(7.794)	-	7.012
Benfeitorias em propriedades arrendadas	4,00%	2.873	-	-	(59)	(105)	2.709
Arrendamento - veículos	9,37%	25.501	282	(62)	(8.542)	(5.585)	11.594
Arrendamento - informática	8,76%	6.387	2.218	-	(383)	(2.090)	6.132
Arrendamento - máquinas	8,16%	26.501	36	-	(423)	(1.827)	24.287
Arrendamento - instalações	5,00%	73.757	-	-	(71.160)	(2.365)	232
Arrendamento - edificações	0,00%	37.549	-	-	(37.370)	(179)	-
Obras em andamento	0,00%	96.292	141.579	-	(176.832)	-	61.039
Outras imobilizações	0,00%	125	17	(13)	68	(20)	177
	<u>-</u>	1.448.238	178.638	(2.047)	-	(71.223)	1.553.606

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# Movimentação do custo de aquisição Consolidado:

										Consolidado
										31/12/12
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Ativos BR Foods	Adições	Baixas	Operação Descontinuada	Transferencias	Conversões	Depreciação	Custo
Terrenos	0,00%	373.725	9.333	10.530	(4.952)	(14.506)	30.226	(17.664)		386.692
Edificações e prédios	3,13%	3.446.687	341.262	48.967	(8.886)	(51.490)	210.000	282.690	(717.550)	3.551.680
Máquinas e equipamentos	7,85%	2.900.608	348.551	143.786	(20.413)	(33.597)	125.088	40.516	(1.459.849)	2.044.690
Móveis e utensílios	11,57%	160.624	2.404	11.866	(641)	(30.889)	2.368	422	(85.834)	60.320
Instalações	6,29%	1.098.519	62.199	8.495	(283)	-	184.748	(13.908)	(199.285)	1.140.485
Veículos	14,08%	63.241	409	5.222	(252)	(4.434)	14.746	(736)	(45.105)	33.091
Equipamentos de informática	20,53%	76.512	19	6.420	(346)	-	5.108	(1.561)	(69.130)	17.022
Aeronaves	20,00%	382				-	-	(1)	(381)	
Adiantamento para imobilização	0,00%	20.118	-	1.664	(252)	-	(3.052)	(1)	-	18.477
arrendadas	4,21%	77.707	-	233	(68)	(48.250)	88.293	616	(17.427)	101.104
Arrendamento - veículos	14,51%	40.278	216	450	(61)	-	(8.542)	3	(18.658)	13.686
Arrendamento - informática	14,01%	16.541	-	2.218	-	-	(383)		(12.244)	6.132
Arrendamento - máquinas	9,30%	151.255	-	632	-	-	(423)	878	(63.567)	88.775
Arrendamento - instalações	4,11%	92.987	-	-	-	-	(71.161)	190	(18.644)	3.372
Arrendamento - edificações	4,00%	205.948	-	-	-	(145.674)	(37.371)	(436)	(21.012)	1.455
Obras em andamento	0,00%	355.953	15.831	266.833	(1.080)	(528)	(538.910)	175.595	-	273.694
Outras imobilizações	13,34%	215.582	3.828	6.366	(1.199)	-	(735)	(205.643)	(1.615)	16.584
	-	9.296.667	784.052	513.682	(38.433)	(329.368)	-	260.960	(2.730.301)	7.757.259

### Movimentação do saldo líquido Consolidado:

										Consolidado
		31/12/11								31/12/12
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação	Líquido	Ativos BR Foods	Adições	Baixas	Operação Descontinuada	Transferencias	Conversões	Depreciação	Líquido
Terrenos	0,00%	373.725	9.333	10.530	(4.952)	(14.506)	30.226	(17.664)	-	386.692
Edificações e prédios	3,13%	2.881.291	341.262	48.967	(8.886)	(51.490)	210.000	282.690	(152.154)	3.551.680
Máquinas e equipamentos	7,85%	1.683.069	348.551	143.786	(20.413)	(33.597)	125.088	40.516	(242.310)	2.044.690
Móveis e utensílios	11,57%	94.407	2.404	11.866	(641)	(30.889)	2.368	422	(19.617)	60.320
Instalações	6,29%	958.844	62.199	8.495	(283)	-	184.748	(13.908)	(59.610)	1.140.485
Veículos	14,08%	26.883	409	5.222	(252)	(4.434)	14.746	(736)	(8.747)	33.091
Equipamentos de informática	20,53%	15.857	19	6.420	(346)	-	5.108	(1.561)	(8.475)	17.022
Aeronaves	20,00%	77	-	-	-	-	-	(1)	(76)	-
Adiantamento para imobilização	0,00%	20.118	-	1.664	(252)	-	(3.052)	(1)	-	18.477
arrendadas	4,21%	64.727	-	233	(68)	(48.250)	88.293	616	(4.447)	101.104
Arrendamento - veículos	14,51%	27.644	216	450	(61)	-	(8.542)	3	(6.024)	13.686
Arrendamento - informática	14,01%	6.387	-	2.218	-	-	(383)	-	(2.090)	6.132
Arrendamento - máquinas	9,30%	106.286	-	632	-	-	(423)	878	(18.598)	88.775
Arrendamento - instalações	4,11%	76.840	-	-	-	-	(71.161)	190	(2.497)	3.372
Arrendamento - edificações	4,00%	187.950	-	-	-	(145.674)	(37.371)	(436)	(3.014)	1.455
Obras em andamento	0,00%	355.953	15.831	266.833	(1.080)	(528)	(538.910)	175.595	-	273.694
Outras imobilizações	13,34%	215.244	3.828	6.366	(1.199)	-	(735)	(205.643)	(1.277)	16.584
	-	7.095.302	784.052	513.682	(38.433)	(329.368)	-	260.960	(528.936)	7.757.259

As principais alterações que ocorreram no saldo de ativo imobilizado da Companhia e suas controladas deram-se principalmente em decorrência da conclusão da venda dos ativos de logística da Keystone Distribuição (coluna "Operação Descontinuada"), bem como a conclusão da operação de permuta dos ativos entre a Marfrig Alimentos e a BRF (Coluna "Ativos BR Foods"). Conforme CPC 6(R1) - operações de arrendamento mercantil, os bens adquiridos pela Companhia através de Arrendamento Mercantil Financeiro

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

("Leasing" Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 19.

De acordo com o CPC 01(R1), anualmente é avaliado se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Somente se houver alguma indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo.

No caso de haver alguma indicação, as análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, a qual é apresentada a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo a que se refere.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

A Companhia e suas controladas possuem itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que ainda estão em operação e itens temporariamente ociosos. Estes itens são apresentados a seguir:

	Controladora
	31/12/12
Descrição	Valor Bruto ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação
Edificações e prédios	55
Máquinas e equipamentos	31.423
Móveis e utensílios	326
Instalações	247
Veículos	21.025
Equipamentos de informática	3.501
Arrendamento - veículos	2.608
Arrendamento - máquinas	80
	59.265

			Consolidado 31/12/12
Descrição	Ativo Imobilizado Temporaria- mente Ocioso	Valor Bruto ativo imobilizado totalmente depreciado ainda em operação	Ativo Imobilizado Retirado de Uso Ativo e não Classificados como mantidos para venda
Edificações e prédios	17.961	157.880	16
Máquinas e equipamentos	28.895	658.796	767
Móveis e utensílios	69	15.213	-
Instalações	59	32.843	-
Veículos	283	11.841	-
Equipamentos de informática	297	62.997	12
Aeronaves	-	343	-
Arrendamento - veículos	-	3	-
Outras imobilizações	1.962	4.077	-
	49.526	943.993	795

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 14. Intangível

De acordo com o CPC 4 (R1) e CPC 13, a Companhia constituiu o subgrupo Ativo Intangível, o qual compõe o Ativo Não Circulante, conforme apresentado abaixo:

	31/12/12	31/12/11
Intangível - Controladora	627.035	968.775
Intangível - Controladas	3.444.890	3.386.181
	4.071.925	4.354.956

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de amortização, definida com base na vida útil dos ativos:

Amortização	Taxa de	Prazo de Vida
	Amortização	Util (Anos)
Ágio		
Marcas e patentes	0,03%	0,1
Softwares	19,11%	5,4
Relacionamento com Clientes	10,76%	10,7
Direito de Uso	25,00%	4,0
Concessões	24,00%	4,2
Outros	33,33%	3,0

A movimentação do intangível na controladora e controladas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 é a seguinte:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 14.1. Movimentação do intangível (controladora)

	Saldo em 31 de			Reclassificação/	Saldo em 31 de
	dezembro de 2011	Aquisição/	Baixa	Amortização	dezembro de 2012
Argentine Breeders & Packers S.A Ágio	24.213	(	24.213)	-	-
Inaler S.A Ágio	38.379		-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A Ágio	57.824		-	-	57.824
Masplen Limited - Ágio	17.258		-	-	17.258
Prestcott International S.AÁgio	22.922		-	-	22.922
Secculum Participações Ltda Ágio	16.188		-	-	16.188
União Frederiquense Partic. Ltda Ágio	11.683		-	-	11.683
QuickFood S.A - Ágio	223.872	(2	23.872)	-	-
Establecimientos Colonia S.A Ágio	114.479		-	-	114.479
Seara Holding ( Europe) BV	21		-	-	21
Columbus Netherlands BV	22		-	-	22
Marfood USA Inc.	308		-	-	308
Keystone International (1)	388.244	(1	13.494)	-	274.750
TCD BRF	-		12.610		12.610
Software e sistemas	30.478		9.308	(2.079)	37.707
Marcas e patentes	22.884		-	<u>-</u>	22.884
Total	968.775	(33	39.661)	(2.079)	627.035

(1) A redução parcial do saldo de ágio da Keystone International se refere ao ágio da "Operação de Logística" que foi gerado quando da aquisição do Grupo Keystone, conforme descrito na nota explicativa nº12.4.

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos os CPCs estão expressos na moeda funcional da Controladora.

# 14.2. Movimentação do intangível (controladas)

	Saldo Contábil em 31 de Dezembro de 2011	Reclassifi- cação	Aquisições	Variação Cambial na conversão	Amortização	Baixa	Saldo Contábil em 31 de Dezembro de 2012
Marfrig Chile S.A.	15.167	-	-	1.355	(30)	-	16.492
Ágio Marcas e patentes/software/outros	14.910 257	-	-	1.331 24	(30)		16.241 251
Weston Importers Ltd.	9.968			1.328			11.296
Ágio	9.968	-		1.328			11.296
Masplen Limited	475	-	20	-	(42)	-	453
Marcas e patentes/software/outros	475	-	20		(42)		453
Quickfood S.A (1)	89.776	(93.731)	(207)	4.430	(53)	(215)	-
Ágio Marcas e patentes/software/outros	89.241 535	(93.645) (86)	(207)	4.404 26	(53)	(215)	-
Prestcott International S.A	8.611		55	769	(46)	•	9.389
Agio	7.369			1.615			8.984
Marcas e patentes/software/outros	1.242		55	(846)	(46)		405
Columbus Netherlands BV	49.099	-	27	3.678	(653)	(1.120)	51.031
Ágio Marcas e patentes/software/outros	48.608 491		- 27	2.368 1.310	(653)	(1.120)	50.976 55
Marfood USA	53.672	-		4.767	(661)	· ·	57.778
Ágio Relacionamento com clientes	38.023 4.356		-	3.399 359	(661)		41.422 4.054
Marcas e patentes/software/outros	11.293	-	-	1.009	-	-	12.302
Frigoríficos Tacuarembó S.A	448		70	36	(80)		474
Marcas e patentes/software/outros	448	-	70	36	(80)	-	474
Inaler S.A	295		30	25	(37)		313
Marcas e patentes/software/outros	295		30	25	(37)	-	313
Establecimientos Colonia S.A	581		117	95	(49)	-	744
Marcas e patentes/software/outros	581	-	117	95	(49)	-	744
Marfrig Argentina (2)	-	93.731	(618)	(1)	(6)	-	93.106
Ágio		93.645	(661)				92.984
Marcas e patentes/software/outros	-	86	43	(1)	(6)		122
MFB - Marfrig Frig. BR S.A.	645	-	52	-	(83)	-	614
Marcas e patentes/software/outros	645		52	-	(83)	-	614
MFG Agropecuária Ltda	18		33		(5)		46
Marcas e patentes/software/outros	18		33		(5)		46
Marfrig Holding (Europe)BV	1.557.223	227.496	-	111.073	(12.481)	(105.839)	1.777.472
Ágio	263.751	-	-	18.812	-	-	282.563
Relacionamento com clientes  Marcas e patentes/software/outros	1.010.145 283.327	157.713 69.783		72.052 20.209	(12.630) 149	2.547 (108.386)	1.229.827 265.082
Mckey Luxembourg	449.345	(227.496)		(1.725)	902	(221.026)	
Relacionamento com clientes	177.827	(157.713)		31.829	(133)	(51.810)	<u>_</u>
Marcas e patentes/software/outros	271.518	(69.783)	-	(33.554)	1.035	(169.216)	-
Athena	-		189.084				189.084
Ágio	-	-			-		
Marcas e patentes/software/outros	-	-	189.084				189.084
Excelsior	•	-	37.608	-	•	-	37.608
Ágio Marcas e patentes/software/outros			37.608				37.608
União Frederiquense Partic. Ltda.	530.210	-	1.333	404	(986)	(257)	530.704
Ágio	515.870		-	404	(00/)	(257)	516.274
Marcas e patentes/software/outros	14.340	•	1.333	•	(986)	(257)	14.430
Secculum Participações Ltda.	5.681	•	14	4	(11)	(3)	5.685
Agio Marcas e patentes/software/outros	5.527 154		14	4	(11)	(3)	5.531 154
Seara Holding (Europe) BV	614.967		70.839		(10.397)	(12.808)	662.601
Ágio	11.111		20.027		(2.5/0)	(13.000)	11.111
Marcas e patentes/software/outros Direito de uso	603.574		20.837 50.002		(3.560) (6.667)	(12.808)	608.043 43.335
Licença Porto	282			-	(170)		112
	Total 3.386.181		298.457	126.238	(24.718)	(341.268)	3.444.890

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

### Resumo do ativo intangível

			Controladas	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ágio	566.643	915.612	1.037.382	1.004.376
Marcas e patentes	22.884	22.884	1.093.251	1.154.805
Softwares	37.508	30.279	10.509	6.532
Relacionamento com Clientes	-	-	1.233.882	1.192.289
Direito de uso	-	-	43.333	-
Outros Intangíveis	<u> </u>		26.533	28.179
	627.035	968.775	3.444.890	3.386.181

#### Movimentação consolidada do ativo intangível

	Controladora	Controladas
Saldo em 31 de dezembro de 2011	968.775	3.386.181
(+) Adição	21.918	298.457
(-)Baixa	(361.579)	(341.268)
(-)Amortização	(2.079)	(24.718)
(+/-)Variação Cambial	-	126.238
Saldo em 31 de dezembro de 2012	627.035	3.444.890

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referentes à adoção completa dos CPCs) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores ao conceito de combinação de negócios conforme CPC 15. Conforme "Opções de Isenções às IFRS", a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Os ágios apresentados acima foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 31 de dezembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes adquiridos como parte de combinação de negócios, após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com o CPC 15 (1).

Conforme CPC 1 (R1) o teste de *impairment* dos ágios e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida é realizado anualmente e os demais intangíveis com vida útil definida é realizado sempre que houver evidencias de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo testado por *impairment* anualmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

Os fluxos de caixa descontados foram elaborados com base no orçamento plurianual dos anos de 2012 a 2016 da Companhia e nas projeções de crescimento embasados em séries históricas e projeções de mercados de associações e órgãos governamentais, tais como ABIEC, ABIPECS, USDA, entre outras.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

# 15. Pessoal, encargos e benefícios sociais

	Controladora		Conso	lidado	
	31/12/12 31/12/11		31/12/12	31/12/11	
INSS a recolher	3.797	6.164	66.073	55.419	
Salários e provisões trabalhistas	46.589	39.994	319.097	299.423	
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	2.982	4.349	121.799	128.843	
	53.368	50.507	506.969	483.685	

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o art. 2º da Lei 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do art. 11, da lei 8.212/91 e art. 104, da lei n. 11.196/05.

A Companhia obteve decisão judicial favorável que determina a suspensão da exigibilidade dos débitos previdenciários em aberto desde a data em que foram formalmente protocolados os pedidos de ressarcimento/compensação dos créditos de PIS/COFINS com tais débitos previdenciários.

Dessa forma, com base em opinião de seus assessores legais, o Grupo Marfrig, vem efetuando contabilmente as compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui beneficio pós-emprego que caracterize passivo atuarial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 16. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consol	idado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
ICMS a recolher	-	-	21.502	15.564
Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/2009	60.249	55.894	237.879	232.239
Imposto de renda a pagar	-	-	41.017	19.442
Contribuição Social a Pagar	-	-	9.317	8.580
Pis e Cofins a recolher	-	-	4.073	2.396
Contribuição Social a Pagar - PGFN (1)	8.708	7.897	8.708	7.897
Imposto de Renda a pagar - PGFN (1)	23.590	21.393	23.590	21.393
IRRF a Pagar - PGFN (1)	6.680	6.058	6.680	6.058
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	8.428	11.077	87.474	101.725
	107.655	102.319	440.240	415.294
Passivo circulante	22.592	23.398	187.503	171.246
Passivo não circulante	85.063	78.921	252.737	244.048

<sup>(1)</sup> Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

# Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado a seguir:

	Controlac	lora	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Saldo inicial	55.894	107.028	232.239	312.290	
(+) Adesão ao parcelamento	-	-	7.088	8.127	
(-) Compensação de multa e juros com prejuízo fiscal					
e base negativa	-	-	-	(3.511)	
(+) Juros de atualização	8.581	15.277	18.676	37.002	
(-) Desistência do parcelamento	-	(29.844)	-	(29.844)	
(-) Ajuste a valor presente	14.886	(23.397)	14.886	(68.390)	
(-) Pagamentos efetuados	(19.112)	(13.170)	(35.010)	(23.435)	
Saldo devedor	60.249	55.894	237.879	232.239	
<del>-</del>					
Passivo circulante	14.764	12.322	30.993	28.302	
Passivo não circulante	45.485	43.572	206.886	203.937	

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas consolidaram a adesão ao parcelamento especial, previsto na Lei 11.941/09, de acordo com os atos normativos da Receita Federal do Brasil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante de R\$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa e juros de R\$ 5.504 e um débito total de R\$ 39.119, conforme demonstrado abaixo:

	Débitos - REFIS	Multa e Juros (desistência do parcelamento)	Atualização	Débitos reclassificados para Impostos a recolher
Contribuição Social a Pagar - PGFN	6.667	1.230	842	8.739
Imposto de Renda a pagar - PGFN	18.062	3.331	2.282	23.675
IRRF a Pagar - PGFN	5.115	943	647	6.705
	29.844	5.504	3.771	39.119

# 17. Empréstimos e financiamentos

Controladora							
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/12	Saldo 31/12/11		
Moeda nacional:							
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	4,90	3,14	996	1.193		
BNDES Finem	TJLP + 1,80%	7,30	0,09	1.273	4.517		
FINEP	TJLP + 1%	6,50	0,76	22.563	31.859		
NCE	Taxa fixa+%CDI	9,21	1,93	522.379	726.527		
Capital de Giro	CDI + Taxa Fixa	8,94	3,01	960.334	386.675		
Procer	Taxa Fixa	-	-	-	117.280		
BNDES Revitaliza	Taxa Fixa	9,00	0,60	25.020	-		
Total moeda nacional		8,99	=	1.532.565	1.268.051		
Moeda estrangeira:							
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	-	-	-	1.661		
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	7,18	2,86	2.106.113	2.551.897		
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30%	1,30	0,09	220	878		
NCE / ACC (US\$)	Taxa Fixa+ V.C (US\$)+Libor	8,22	2,92	1.150.697	1.283.840		
Total moeda estrangeira		7,55	- -	3.257.030	3.838.276		
Total do endividamento		8,01	- =	4.789.595	5.106.327		
Passivo circulante				1.310.592	900.473		
Passivo não circulante				3.479.003	4.205.854		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Consolidado						
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencencimento (anos)	Saldo 31/12/12	Saldo 31/12/11	
Moeda nacional:	,					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	5,76	2,94	2.320	5.961	
BNDES Finem	TJLP + 1,80	6,11	0,69	3.747	9.331	
FINEP	TJLP + 1%	5,90	2,00	79.453	45.755	
NCE	Taxa fixa+%CDI	10,10	2,42	823.811	1.028.946	
Capital de Giro (R\$)	Taxa fixa+%CDI	9,15	2,82	1.038.384	386.675	
Nota de Crédito Rural (R\$)	Taxa Fixa	6,80	1,00	387.849	274.868	
FCO Fundo Constitucional do Centro-Oeste	Taxa Fixa	10,00	3,00	12.693	5.755	
Procer	Taxa Fixa	-	-	-	234.501	
BNDES Revitaliza	Taxa Fixa	9,00	0,60	25.020	-	
Total moeda nacional		8,98	=	2.373.277	1.991.792	
Moeda estrangeira:						
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	4,60	0,30	5.230	5.994	
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	7,90	2,52	2.485.905	2.595.233	
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	9,01	6,18	3.226.378	2.976.158	
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30	1,30	0,09	220	878	
	%CDI+Taxa Fixa+V.C	,				
NCE / ACC (US\$)	(US\$)+Libor	7,39	2,09	1.797.240	1.644.355	
Capital de Giro (US\$)	Taxa Fixa + Libor	5,18	1,06	215.279	205.561	
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	7,90	0,30	2.121	1.837	
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	2,16	0,57	540.181	745.954	
Linha de Credito Rotativo - Revolving	Libor + 2,75	2,98	1,86	941.069	362.015	
PAE (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	2,10	0,20	21.259	-	
Financiamentos (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	-	-	-	15.976	
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,50	2,30	33.239	57.325	
Total moeda estrangeira		7,27		9.268.121	8.611.286	
Total do endividamento		7,62	_ =	11.641.398	10.603.078	
Passivo Circulante				3.359.130	2.277.035	
Passivo Não Circulante				8.282.268	8.326.043	

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

### 17.1. FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos

Linha de crédito do BNDES para aquisição de bens de capital. A moeda utilizada pelo BNDES para a correção dos valores é a URTJLP (Unidade de referência de taxa de juros de longo prazo), baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). As garantias das operações são os próprios bens adquiridos. O cronograma de pagamento ocorrerá até janeiro de 2021.

#### 17.2. BNDES FINEM - Financiamento de Empreendimentos

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de empreendimentos. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e expansão das instalações produtivas. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante pela UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas em que o BNDES capta empréstimos. Tal modalidade é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até fevereiro de 2013.

#### 17.3. FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos

Linha de crédito da FINEP voltada para Financiamento de Estudos e Projetos. A FINEP é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A moeda utilizada para correção é a URTJ01 (Unidade monetária utilizada pela FINEP), que é baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). A garantia da operação é um contrato junto ao Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal, até abril de 2016.

#### 17.4. NCE - Nota de Crédito de Exportação

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para capital de giro. Há operações em reais e em dólares norte-americanos, e são garantidas por duplicatas, avais e contratos de fornecimento, bem como, em alguns casos, não há garantias. Os índices utilizados para correção das operações em dólares americanos são: Libor (London Interbank Offered Rate) e/ ou taxa pré-fixada, e para as operações em reais a do CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até abril de 2018.

# 17.5. Capital de Giro

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em reais, dólares e em pesos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas. Os índices de correção utilizados para essa operação é CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até março de 2016.

#### 17.6. Nota de Crédito Rural

Linha de crédito destinada a financiar o sistema de integração entre o produtor rural (parceiro) e os frigoríficos. Essas operações são captadas em reais e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade é garantida por aval e utilizado taxa fixa na sua atualização. O vencimento dessa operação se dará em novembro de 2013.

#### 17.7. ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações.

As operações de ACC são captadas em dólares norte-americanos, pagas com a vinculação das exportações e garantidas por notas promissórias. O índice de correção utilizado para essas operações é uma taxa préfixada. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até dezembro de 2013.

#### 17.8. Financiamento Parque Industrial

Linha de crédito externa, destinada à aquisição de equipamentos. Essa operação é captada em dólares norte-americanos, tendo como garantia os próprios equipamentos financiados. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (London Interbank Offered Rate) mais taxa pré-fixada mais variação cambial. O cronograma de vencimento dessa operação se dará até agosto de 2013, com parcelas trimestrais de principal e juros.

#### 17.9. Pré-Pagamento

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em dólares norte-americanos e garantida por notas promissórias, avais, contratos de fornecimento e documentos de exportação, bem como, em alguns casos, não possui garantias. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (London Interbank Offered Rate) mais taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá até março de 2017.

#### 17.10. FCO - Fundo Constitucional Centro-Oeste

Linha de crédito destinada ao apoio financeiro para empreendimentos localizados, exclusivamente, nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Os prazos de financiamentos são fixados de acordo com o item a ser financiado. Essa modalidade é garantida por hipoteca e utilizada taxa fixa na sua atualização. O cronograma de vencimento é mensal com parcelas acrescidas de juros, e se dará até dezembro de 2013.

#### 17.11. Senior Notes - BONDS

São captações de dívida de longo prazo, em dólares norte-americanos, por meio da emissão de notas no exterior (Bonds) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (Rule 144A/Reg S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o U.S. Securities Act of 1933, conforme alterado.

A Companhia realizou três captações desta natureza desde 2006, às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch, conforme detalhado a seguir:

A primeira operação de Bonds foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US\$375 milhões de notas de dívida (Senior Notes), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (novembro/2016). Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.

Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias, bem como a inclusão de aval da Marfrig Alimentos S.A. e de suas subsidiárias União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) B.V. e Seara Alimentos S.A. em garantia às obrigações da emissora perante os detentores dos Bonds em circulação. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente;

- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US\$500 milhões de Senior Notes, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (mai/2020). Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia;
- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$750 milhões de Senior Notes, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (mai/2018). Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Overseas Limited e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia.

Tendo em vista que as Senior Notes emitidas em 2006, 2010 e 2011 representam 27,71% do endividamento consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2012 (e representavam 28,07% de tal endividamento em 31 de dezembro de 2011), a obrigação de manutenção de um quociente de dívida líquida ajustada para o EBITDA (ou LAJIDA) nos últimos 12 meses, não superior a 4,75x, prevista nas escrituras de emissão das Senior Notes, baliza os demais empréstimos e financiamentos da Companhia em aberto no encerramento do período, bem como as debêntures descritas no instrumento mandatório conversível em ações na Nota Explicativa nº 21.

#### 17.12. PAE - Antecipação de Empréstimo para Exportação

Linha de crédito do Chile destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade, que podem ser usadas para qualquer produto de exportação, são utilizadas para financiamento das exportações de cordeiro, pescado e outros produtos importados pelo Brasil. A diferença com uma linha normal está em que ela é isenta do ITE - Impuesto de Timbre y Estampilla (equivalente ao IOF no Brasil). As linhas são captadas em dólares norte-americanos, sendo garantidas por fianças bancárias. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até maio de 2013.

#### 17.13. PROCER - Financiamento para Capital de Giro

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de capital de giro com o objetivo de promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuária.

#### 17.14. BNDES Revitaliza

Linha de crédito do BNDES destinada a financiar a revitalização das empresas brasileiras que atuam em setores afetados negativamente pela conjuntura econômica internacional, priorizando a agregação de valor ao produto nacional, a adoção de métodos de produção mais eficientes, o fortalecimento da marca das empresas e a ampliação da inserção de bens e serviços brasileiros no mercado internacional. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até junho de 2013.

### 17.15. Empréstimo Bancário

As operações captadas nesta modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em dólares e pesos, que em alguns casos somente poderão ser aplicados para pagamentos de estoques e ativos fixos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas, entretanto em alguns casos não possuem garantias. As operações captadas em pesos são atualizadas pela BADLAR (Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate), e as linhas captadas em dólares possuem taxas préfixadas. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até outubro de 2016.

# 17.16. Linha de Credito Rotativo (Revolver Credit Facility)

Linhas de credito multimoeda compromissada por um conjunto de bancos à disposição da subsidiaria Keystone Foods no valor de USD 600 milhões até novembro de 2014. A taxa de juros aplicável nesta linha rotativa é limitada a LIBOR + 3,25% a.a.

### 17.17. Obrigações Negociáveis

Captação de recursos em dólares americanos, realizadas por nossas subsidiárias na Argentina e no Uruguai. Estas operações destinam-se à obtenção de capital de giro, sem garantias e com vencimento até setembro de 2016.

## 17.18. Garantias dos empréstimos e financiamentos

	Control	adora	Consoli	dado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo de financiamentos	4.789.595	5.106.327	11.641.398	10.603.078
Garantias:	<del></del> -			
Nota Promissória	1.787.422	2.155.087	1.979.125	2.301.707
Duplicatas	190.976	42.532	206.561	101.591
Fiança Bancária	1.524	5.394	34.763	43.520
Contrato de Fornecimento	-	-	2.121	1.833
Aval	1.950.432	1.673.858	3.742.579	2.746.919
Bem Financiado	996	1.233	4.795	10.815
Documentos de exportação	-	-	62.447	26.489
Instalações	22.564	33.520	22.564	33.520
Hipotéca	-	-	69.879	47.074
Aplicação Financeira	54.400	237.099	54.400	259.956
Crédito de Exportação	-	-	19.815	45.421
Sem Garantias	781.281	957.604	5.442.349	4.984.233

#### 17.19. Covenants

Todos os contratos de empréstimos e financeiros são pautados, na sua forma mais restritiva, em relação ao nível de endividamento consolidado, pelo covenant de 4,75, como quociente máximo da divisão entre a Dívida Liquida e o EBITDA.

A penalidade ao não cumprimento desse covenant é a mesma aplicada no mercado financeiro em geral, ou seja, em não sendo respeitado esse limitador, o vencimento da dívida passa ser antecipado, devendo ser reclassificada para o passivo circulante.

Em nossa nota explicativa nº 32.4.1 - Gestão de Capital, o quociente real atingido na data base em questão ("Indicador de Alavancagem"), sendo este, em 31/12/2012, de 4,28 (Dívida Líquida/EBITDA).

O cronograma de vencimentos está apresentado na nota 18.

#### 18. Debêntures a pagar e juros sobre debêntures

	Contro	ladora	Consol	idado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Debêntures a pagar	598.200	598.200	598.200	598.200
(-) Custo emissão de debêntures	(2.125)	(4.249)	(2.125)	(4.249)
Juros debêntures conversíveis e não conversíveis	181.041	225.874	181.041	225.874
(-) IRRF sobre juros debêntures	(36.595)	(45.575)	(36.595)	(45.575)
	740.521	774.250	740.521	774.250
Passivo Circulante - Juros sobre debêntures	144.445	180.299	144.445	180.299
Passivo Circulante - Debêntures a pagar	199.400	-	199.400	-
Passivo Não Circulante - Debêntures a pagar	396.676	593.951	396.676	593.951

A Companhia, após aprovação em Reunião do Conselho de Administração de 14 de janeiro de 2011, realizou a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória da Companhia, com esforços restritos, nos moldes da Instrução CVM nº. 476/2009, captando com as seguintes características: valor nominal de R\$ 598.200.000, dividido em 598.200 debêntures, no valor unitário nominal de R\$1.000, data de emissão de 18 de janeiro de 2011, vencimento em 18 de janeiro de 2018, dividida em duas séries, sendo (i) Primeira Série, com a emissão de 360.000 debêntures, com remuneração sobre o valor nominal desde a data da emissão de 127,6% da taxa DI a.a., base 252 dias, sem correção monetária, e (ii) a Segunda Série, com a emissão de 238.200 debêntures, com remuneração do valor nominal desde a data da emissão corrigido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de 9,5% a.a. base 252 dias; com garantia de cessão fiduciária de fluxo de recebíveis de titularidade da Companhia, no valor de 20% do saldo das debêntures emitidas e garantia fidejussória (fiança) das seguintes subsidiárias: (i) União Frederiquense Participações Ltda. (ii) Seara Alimentos S.A; e (iii) Marfrig Holdings (Europe ) B.V. A Companhia não possui cláusula de repactuação para as debêntures.

As operações acima descritas tiveram seus fluxos convertidos a uma variação cambial em USD acrescidos da taxa de 6,75% ao ano pelo período completo da operação.

Também estão provisionados juros de debêntures conversíveis em ações conforme nota explicativa nº 21.

A Companhia não possui cláusula de repactuação das debêntures e, dessa forma, entende não ser necessária a divulgação das informações requeridas pelo item 18.4.1 do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/07 nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras.

O montante de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures é o seguinte:

· ·	Contro	oladora	Consol	lidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional				
Empréstimos e financiamentos	1.532.565	1.268.051	2.373.277	1.991.792
Juros sobre debêntures	144.445	180.299	144.445	180.299
Debêntures a pagar	596.076	593.951	596.076	593.951
	2.273.086	2.042.301	3.113.798	2.766.042
Moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	3.257.030	3.838.276	9.268.121	8.611.286
	3.257.030	3.838.276	9.268.121	8.611.286
	5.530.116	5.880.577	12.381.919	11.377.328

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Segue abaixo o cronograma de empréstimos e financiamentos, debêntures e juros sobre debêntures:

	Controla	dora	C	Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional				
1T12	-	166.902	-	470.655
2T12	-	133.260	-	192.199
3T12	-	150.612	-	245.367
4T12	-	38.694	-	48.234
1T13	383.815	199.400	516.899	199.400
2T13	25.581	-	348.850	-
3T13	399.322	-	599.125	-
4T13	61.782	-	142.687	
2013	-	543.740	-	769.159
2014	594.309	414.198	627.534	438.840
2015	572.943	295.994	582.949	297.290
2016	170.312	34.479	180.318	35.775
2017	32.498	32.498	42.504	33.794
2018	32.498	32.498	42.372	33.793
2019	13	13	29.798	1.308
2020	12	12	761	227
2021	1	1	1	1
	2.273.086	2.042.301	3.113.798	2.766.042
	Control	adora	Consol	idado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Moeda estrangeira				
1T12	-	174.743	-	728.270
2T12	-	114.857	-	282.159
3T12	-	223.579	-	291.804
4T12	-	78.125	-	198.646
1T13	199.591	-	1.094.509	-
2T13	133.000	-	373.051	-
3T13	95.116	-	153.267	-
3T13 4T13	95.116 356.230	-	153.267 474.587	-
		- - 1.055.441		1.233.542
4T13	356.230	- 1.055.441 1.025.021	474.587	
4T13 2013	356.230 -		474.587 -	1.699.960
4T13 2013 2014	356.230 - 1.117.012	1.025.021	474.587 - 2.463.558	1.699.960 994.396
4T13 2013 2014 2015	356.230 - 1.117.012 1.010.504	1.025.021 958.765	474.587 - 2.463.558 1.126.442	1.699.960 994.396 915.067
4T13 2013 2014 2015 2016	356.230 - 1.117.012 1.010.504 224.156	1.025.021 958.765	474.587 - 2.463.558 1.126.442 1.008.757	1.699.960 994.396 915.067 9.636
4T13 2013 2014 2015 2016 2017	356.230 - 1.117.012 1.010.504 224.156	1.025.021 958.765	474.587 - 2.463.558 1.126.442 1.008.757 131.432	1.233.542 1.699.960 994.396 915.067 9.636 1.352.636 905.170
4T13 2013 2014 2015 2016 2017 2018	356.230 - 1.117.012 1.010.504 224.156	1.025.021 958.765	474.587 - 2.463.558 1.126.442 1.008.757 131.432 1.459.837	1.699.960 994.396 915.067 9.636 1.352.636

## 19. Arrendamentos a pagar

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro:

#### 19.1. Arrendamento financeiro

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 645/10 (CPC 06 (R1)), as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 13.

As operações contraídas anteriormente à data de promulgação da referida deliberação não são consideradas para efeito do cálculo dos covenants:

	Con	troladora				
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 31/12/12	Futuros Pagamentos 31/12/12	Saldo 31/12/11
Moeda nacional				,,		
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	12,5%	1,7	1.002	1.658	4.279
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	7,2%	2,3	2.220	2.030	4.377
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	13,6%	0,9	5.155	4.373	14.319
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	10,9%	0,7	54	75	10.907
Juros Financeiro a vencer		0,0%	0,0	(2.745)	=	(18.473)
AVP Arrend. Financ.Leasing			_	(1.074)		(6.683)
Total moeda nacional			=	4.612	8.136	8.726
Total Controladora			<u>-</u>	4.612	8.136	8.726
Passivo Circulante				1.809		3.970
Passivo Não Circulante				2.803		4.756

		Consolidado				
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de vencencimento (anos)	Saldo 31/12/12	Futuros Pagamentos 31/12/12	Saldo 31/12/11
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	12,5%	1,9	2.207	10.027	11.898
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	7,2%	2,3	2.220	3.221	4.377
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	13,6%	1,2	6.700	15.077	16.895
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	9,1%	0,8	232	7.851	11.330
Juros Financeiro a vencer				(3.881)	-	(20.668)
AVP Arrend.Financ.Leasing				(1.074)	-	(6.683)
Total moeda nacional				6.404	36.176	17.149
Moeda estrangeira						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,7%	4,4	2.225	3.118	2.114
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	Taxa	4,8%	4,2	136.800	151.414	181.340
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	12,0%	1,3	899	1.255	1.535
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	Taxa	0,0%	0,0	-	-	100.596
Total moeda estrangeira				139.924	155.787	285.585
Total Consolidado				146.328	191.963	302.734
Passivo Circulante				38.805		59.911
Passivo Não Circulante				107.523		242.823

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, na data de registro inicial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.15.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Moeda nacional 1T12	31/12/12	31/12/1	1 31/	12/12	31/12/11
	_	1.143	3	_	2.896
2T12	_	1.143		_	2.942
3T12	_	1.134		_	2.957
4T12	_	550		_	1.637
1T13	718	-	-	880	-
2T13	533	_		757	
3T13	355	_		540	_
4T13	203	3.28	1	372	4.389
2014	1.560	669		2.143	1.133
2015	915	60!		1.267	900
2016	276	20		393	295
2016 2017	52	-	•	52	-
Total moeda nacional	4.612	8.720	5 6	5.404	17.149
Moeda estrangeira	4.012	0.720			17.147
1T12	_	_		_	15.851
2T12	_	_		_	11.625
3T12	_	_		_	10.948
4T12		_		_	11.055
1T13		_	14	5.018	-
2T13				7.073	
3T13	-	_		5.579	_
4T13	<del>-</del>	-		5.586	38.237
2014	-	_		2.118	36.494
2014	<del>-</del>	-		3.023	43.787
	=	-			26.486
2016	-	-		9.763	7.226
2017	-	-		1.874	
2018	-	-		5.083	83.876
2019				807	- 205 505
Total moeda estrangeira			_	9.924	285.585
Total arrendamento	4.612	8.726	5 146	5.328	302.734
	_	Controla	дога	Consol	10300
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/
Moeda nacional	_				
Até 1 ano		1.809	3.970	2.549	10.43
De 1 ano até 5 anos		2.803	4.756	3.855	6.7
Total moeda nacional	_	4.612	8.726	6.404	17.14
Total mocaa nacional	_	4.012	0.720	0.404	17.1
Moeda estrangeira					
Até 1 ano				36.256	49.4
De 1 ano até 5 anos					
		-	-	102.861	152.2
Mais de 5 anos	_		-	807	83.8
Total moeda estrangeira	_	-	-	139.924	285.58
				_	

O cronograma do valor dos futuros pagamentos do arrendamento mercantil financeiro:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controla	dora	Consolid	lado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional				
Até 1 ano	3.191	12.139	14.399	24.634
De 1 ano até 5 anos	4.945	18.810	21.777	15.862
Total moeda nacional	8.136	30.949	36.176	40.496
Moeda estrangeira				
Até 1 ano			40.366	51.544
De 1 ano até 5 anos	-	-	114.523	158.584
Mais de 5 anos		-	898	87.378
Total moeda estrangeira	<u> </u>	<u>-</u>	155.787	297.506
Total	8.136	30.949	191.963	338.002

## Seguem abaixo as garantias dos arrendamentos:

	Controla	dora	Consolid	ado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional				
Garantias:				
Bem financiado	4.612	8.726	6.404	17.149
Total moeda nacional	4.612	8.726	6.404	17.149
Moeda estrangeira				
Garantias:				
Bem financiado		<u> </u>	139.924	285.585
Total moeda estrangeira		<u>-</u>	139.924	285.585
Total	4.612	8.726	146.328	302.734

## 19.2. Arrendamento operacional

A seguir é apresentado o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2012:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

						Controladora
Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/12
	Moeda nacional	-				
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	16/02/11	11,06%	0,6	32.774	12.793
HP FIN SER ARREND.	Equip. Informática	19/06/12	14,00%	2,4	1.309	313
BANCO IBM S.A	Equip. Informática	05/07/12	13,00%	2,4	1.968	276
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	12,73%	0,0	5.691	2.479
Frigorifico Extremo Sul	Planta Frigorifica	01/10/09	IGP-M ano	0,0	4.965	2.648
	Total moeda nacional			=	46.707	18.509
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,3	20.038	3.076
	Total moeda estrangeira			=	20.038	3.076
	Total moeda nacional e estrangeira			-	66.745	21.585
				_		

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 31/12/12
	Moeda nacional					
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	16/02/11	11,06.%	0,6	32.774	12.793
HP FIN SER ARREND.	Equip. Informática	19/06/11	14,00%	2,4	1.309	313
BANCO IBM S.A	Equip. Informática	05/07/12	13,00%	2,4	1.968	276
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	12,73%	0,0	5.691	2.479
Frigorifico Extremo Sul	Planta Frigorifica	01/10/09	IGP-M ano	0,0	4.965	2.648
Frigorifico Mercosul	Planta frigorifica	21/09/09	IGP-M ano	3,4	100.000	16.907
Frigorifico Margem	Planta frigorifica	09/10/09	IGP-M ano	3,4	164.500	35.255
Frigorifico 4 Rios	Planta frigorifica	01/12/09	IGP-M ano	3,4	9.600	6.595
Frigorfico Boivi	Planta frigorifica	29/12/09	IGP-M ano	4,4	6.001	3.483
BRF-Brasil Food 's S/A	Planta frigorifica	18/06/12	IGP-M ano	2,4	57.879	11.445
	Total moeda nacional			=	384.687	92.194
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,3	20.038	3.076
	Total moeda estrangeira			=	20.038	3.076
	Total moeda nacional e estrangeira			_	404.725	95.270

O cronograma de vencimentos do saldo financiado do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

Consolidado

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora
	31/12/12
	(a valor presente)
Moeda nacional	
Até 1 ano	5.463
De 1 ano até 5 anos	1.705
	7.168
Moeda estrangeira	
Até 1 ano	1.133
De 1 ano até 5 anos	7.476
Mais de 5 anos	-
	8.609
	15.777
	Consolidado
	Consolidado 31/12/12
	31/12/12 (a valor presente)
Moeda nacional Até 1 ano	31/12/12 (a valor presente) 90.934
Até 1 ano	31/12/12 (a valor presente) 90.934 181.508
Até 1 ano De 1 ano até 5 anos	31/12/12 (a valor presente) 90.934
Até 1 ano De 1 ano até 5 anos Moeda estrangeira	31/12/12 (a valor presente) 90.934 181.508 272.442
Até 1 ano De 1 ano até 5 anos Moeda estrangeira Até 1 ano	31/12/12 (a valor presente) 90.934 181.508 272.442
Até 1 ano De 1 ano até 5 anos  Moeda estrangeira Até 1 ano De 1 ano até 5 anos	31/12/12 (a valor presente) 90.934 181.508 272.442
	31/12/12 (a valor presente) 90.934 181.508 272.442 1.133 7.476
Até 1 ano De 1 ano até 5 anos  Moeda estrangeira Até 1 ano De 1 ano até 5 anos	31/12/12 (a valor presente) 90.934 181.508 272.442 1.133 7.476

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos

de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

#### 20. Títulos a pagar

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Títulos a pagar investimentos Europa (a)	-	- '	-	164.695	
Títulos a pagar investimentos Brasil	243.793	56.835	243.793	56.835	
Títulos a pagar - Patrocínios (b)	-	-	13.120	263	
Derivativos a pagar (c)	260.891	209.185	304.569	243.888	
Partes relacionadas (d)	1.686.679	623.382	-	-	
Outros	-	1.745	89	833	
AVP	(227)	(1.819)	(227)	(1.819)	
	2.191.136	889.328	561.344	464.695	
Passivo Circulante	492.167	237.583	352.852	434.158	
Passivo Não Circulante	1.698.969	651.745	208.492	30.537	

- (a) O fato relevante da Companhia divulgado ao mercado em 23 de junho de 2008 informou que a Marfrig adquiriu empresas na Europa e no Brasil. O contrato de aquisição continha previsão de um pagamento contingente potencial de até de US\$220 milhões, baseado no futuro desempenho dos negócios situados na Europa.
  - Tal aquisição foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2008, bem como em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 1º de dezembro de 2008. Tal obrigação foi registrada em conformidade com o CPC 15 (R1) Combinação de Negócios e divulgado conforme a Deliberação CVM nº 603/2009, com os devidos efeitos nas demonstrações financeiras de 1º de janeiro 2009, data de transição dos CPCs / IFRS. Em setembro de 2011 a Companhia e os antigos acionistas das empresas adquiridas chegaram a um acordo a respeito do montante que seria desembolsado referente ao pagamento contingente acima mencionado, cujo saldo foi liquidado durante o exercício de 2012;
- (b) Em 8 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela ("Seleções").
  - O contrato permite divulgar o patrocínio das "seleções" por meio de exposição e associações à marca e produtos SEARA, bem como MONTANA, BASSI, DAGRANJA, PALATARE e outras marcas de titularidade da MARFRIG. Possibilita ainda o direito de imagens individuais de atletas e membros das Comissões Técnicas das Seleções e de terceiros, a utilizar o logotipo da CBF em campanhas publicitárias dos produtos de linha, incluindo ações em loja (*In-Store*), bem como brindes e embalagens de produtos em território nacional e estrangeiro. A CBF fica obrigada a divulgar as marcas fornecidas pela MARFRIG em *backdrop* em todas as entrevistas coletivas tanto no Brasil como no exterior, divulgar o logotipo da marca nas costas dos uniformes de treino e lazer, utilizados pelos integrantes da seleção. A vigência deste contrato é da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (Federation Internationale de Football Association), para patrocínio dos campeonatos - 2010 FIFA World  $Cup^{\mathbb{M}}$ , FIFA Confederations Cup 2013 e 2014 FIFA World  $Cup^{\mathbb{M}}$ .O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: SEARA, PEMMICAN e MOY PARK, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e sua distribuição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 01 de fevereiro de 2012 a Companhia firmou contrato com o Santos Futebol Clube para patrocínio das equipes profissionais de futebol masculino de campo do clube. O contrato permitia o patrocínio nos ombros das camisas de jogo e de treino da equipe nos campeonatos Paulista, Libertadores e Campeonato Brasileiro ao longo do ano de 2012;

Controladora

Consolidado

31/12/11

2.500.000

2.479.307

(20.693)

- (c) Na nota explicativa nº 32 apresentamos detalhadamente as operações com instrumentos financeiros praticados pela Companhia. A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação de taxas de juros e variação dos preços de commodities. Esses valores representam o montante de derivativos a pagar;
- (d) Na nota explicativa nº 10.1 apresentamos a composição detalhada do saldo.

#### 21. Instrumento mandatório conversível em ações

| 31/12/12 | 31/12/11 | 31/12/12 | Instrumento mandatório conversível em ações | 2.500.000 | 2.500.000 | 2.500.000 | 2.500.000 | (20.693) | (29.080) | (20.470.920 | 2.470.920 | 2.470.920 |

A Companhia, conforme "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações (Instrumento Mandatório) da Marfrig Alimentos S/A.", emitiu 250.000 (duzentas e cinqüenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$10, no valor total de R\$2.500.000. O Instrumento Mandatório foi emitido em 15/07/2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). A remuneração do Instrumento Mandatório está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S/A. A totalidade das 250.000 (duzentas e cinqüenta mil) debêntures foi subscrita em diversas datas durante o mês de setembro, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S/A.

Conforme definido na referida escritura de emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R\$21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data exproventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R\$24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

A Companhia, com base na essência da operação (*equity*) e nas características da mesma, registrou, inicialmente, o Instrumento Mandatório (principal) como Reserva de Capital, classificado no Patrimônio Líquido. Todavia, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através do Ofício/CVM/SEP/GEA-5/nº 329/2012, datado de 10 de outubro de 2012, se manifestou a respeito desse instrumento, determinando: (i) a reclassificação da contabilização do Instrumento Mandatório, e (ii) que sejam reapresentadas as demonstrações financeiras de 2011, comparadas as demonstrações de 2010.

A Companhia acatou a determinação da CVM, procedendo à reclassificação integral do Instrumento Mandatório para rubrica contábil específica no Passivo Não-Circulante. A contabilização anterior estava amparada por pareceres contábeis e jurídicos emitidos especificamente para a matéria.

A referida reclassificação não altera qualquer dos termos e condições do Instrumento Mandatório e não tem efeito sobre o atual endividamento financeiro da Companhia, seu serviço de dívida, e seus covenants financeiros, uma vez que, diferentemente de outros itens do passivo da Companhia, o Instrumento Mandatório não é passível de liquidação em caixa ou equivalentes, mas apenas em ações ordinárias de emissão da própria Companhia.

A Companhia incorreu em R\$12.328 de gastos com emissão do Instrumento Mandatório, registrados inicialmente como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Em agosto de 2011 e 2012 houve a renovação da fiança no montante de R\$ 8.365 e R\$ 8.387 respectivamente, desta forma, o saldo de gasto com emissão de Instrumento Mandatório passou a ser de R\$ 29.080. Esses gastos também foram reclassificados para o passivo não circulante, como redutor da rubrica de "Instrumento Mandatório Conversível em Ações", permanecendo nesta conta até a efetiva conversão do Instrumento Mandatório em ações.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pelo BNDES Participações S/A, a MMS Participações S/A e a BNDES Participações S/A firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Alimentos S.A.

#### 22. Provisões para contingências

22.1. A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Trabalhistas e previdenciárias	4.475	5.775	53.974	38.537	
Fiscals	3.577	1.446	156.537	111.735	
Cíveis	4.003	4.834	27.378	38.453	
	12.055	12.055	237.889	188.725	

## 22.1.1. Trabalhistas e previdenciárias

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas controladas foram constituídas provisões no valor de R\$ 53.974. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros. Na opinião da Administração da Companhia, nenhuma das reclamatórias trabalhistas é individualmente relevante.

#### 22.1.2. Fiscais

As contingências fiscais referem-se substancialmente aos seguintes tributos:

#### Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias

A totalidade de provisão de contingências fiscais da Companhia, que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, totalizando o valor de R\$1.540. Ainda, a Companhia provisiona o valor de R\$ 2.037 como reserva para riscos não materializados, totalizando a provisão de contingências fiscais o valor de R\$ 3.577. Referidas contingências referem-se a discussões de ICMS no Estado do Mato Grosso, e decorrem da emissão de documento fiscal eletrônico e emissão de documento fiscal.

#### Impostos e contribuições federais

A controlada Seara possui provisão de contingências fiscais no valor total de R\$116.689, a qual se compõe da seguinte forma:

 A controlada Seara possui processos administrativos que discutem a glosa de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS totalizando o valor de R\$8.002, relativos a créditos sobre despesas com depreciação, créditos sobre bens adquiridos para revenda, sobre

despesas com fretes, sobre atividades de transporte de cargas, presumido do PIS e da COFINS de atividades agroindustriais, sobre despesas de aluquéis, e sobre despesa com comissão.

- A Seara ainda possui processos administrativos que discutem a glosa de créditos presumidos de IPI como forma de ressarcimento do PIS/COFINS incidente sobre as exportações no valor de R\$3.793 e possui provisões tributárias no valor de R\$15.630 das quais, R\$13.325 correspondem aos processos administrativos relativos a i) IRPJ/CSLL depósitos judiciais (CPMF) no valor de R\$4.599; ii) glosas de créditos de PIS/COFINS sobre insumos tributados a alíquota zero, produtos monofásicos, despesas com fretes e créditos presumidos das atividades agroindustriais no valor de R\$8.245; iii) ICMS sobre margem nas transferências no valor de R\$249; iv) ITR sobre valor da Terra Nua no valor de R\$232 e R\$2.305 a riscos fiscais não materializados até o momento.
- A Seara possui também provisão de R\$13.355 referente a honorários advocatícios sobre Processos Tributários, R\$52.112 referentes a Provisão de IRPJ/CSLL sobre Créditos Tributários, os quais não são atrelados a nenhum processo administrativo ou judicial, e R\$23.797 referentes a Juros sobre Compensação de Débito de Tributos Previdenciários com Créditos de Tributos Federais, os quais não são atrelados a nenhum processo administrativo ou judicial.

Ainda, as subsidiárias Zenda, DaGranja, Mabella, Penasul, Agrofrango e Braslo possuem em conjunto provisão para contingência tributária no valor de R\$36.271, que individualmente não são relevantes.

#### 22.1.3. Cíveis

Em 31 de dezembro de 2012 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R\$27.378.

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante.

**22.2.** Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas abaixo:

Trabalhistas e previdenciárias
Fiscais
Cíveis

	Contro	ladora	Conso	lidado
•	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
•	81.892	79.684	197.171	187.037
	489.570	336.942	965.746	614.554
	8.224	11.845	137.427	78.346
	579.686	428.471	1.300.344	879.937

## 22.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

Entre as ações civis públicas ou coletivas de natureza trabalhista envolvendo a Companhia e suas controladas, destacamos as ações civis públicas da controlada Seara, que na opinião dos assessores legais, estão classificadas como de perda possível no valor estimado de R\$36.082, as quais discutem basicamente horas extras na troca de uniforme (minutos de preparo), Art. 253, da CLT (intervalo de 20 minutos a cada uma hora e 40 minutos para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, terceirização de atividade fim, adicional de insalubridade, risco ergonômico, preenchimento de cotas de aprendizes entre outras.

Ainda, a maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, que na opinião de nossos assessores legais estão classificadas como perda possível, referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, horas extras, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *itinere*, entre outros. Todavia, a Administração esclarece que individualmente nenhuma reclamatória trabalhista é relevante.

#### 22.2.2. Fiscais

Apresentamos abaixo as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas.

#### Impostos e Contribuições Federais

Em 31 de dezembro de 2012 constam processos administrativos movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R\$ 189.518, exigindo:

(i) diferenças de recolhimento de débitos de PIS e COFINS e obrigações acessórias e (ii) multa para liberação de mercadoria por erro formal em documentação; o valor histórico total envolvido nas autuações desses itens i) e ii) totalizam R\$1.172, para os quais não foi constituída provisão uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de perda nestes processos são possíveis; (iii) crédito presumido de IPI, no valor histórico de R\$293, com julgamento administrativo que já reconheceu a procedência do crédito da empresa; iv) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, esse processo refere-se a pedido de restituição, pelo valor total histórico de R\$68.552,para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos são classificadas Foram apresentadas como possíveis. administrativas, pendentes de julgamento definitivo, alegando a

inexigibilidade por incorreção em suas bases de cálculos e presunção dos valores pela fiscalização; v) contribuições destinadas a Seguridade Social (FUNRURAL e GIILRAT) e outras entidades e fundos (SENAR) no valor histórico de R\$ 82.223, já objeto de defesa administrativa alegando a inconstitucionalidade de referida contribuição com base em decisão do STF cuja aplicação na instância administrativa encontra-se respaldada no artigo 26 - A do Decreto 70.235/72 e vi) CSLL e IRPJ auferidos em decorrência de apuração de lucros de empresas controladas no exterior no valor histórico de R\$ 37.278, objeto de defesa administrativa sob alegação de desrespeito ao princípio da competência, inconstitucionalidade de dispositivo de lei (art. 74 da MP 2158-35/2011) e afronta a acordos de bitributação firmados pelo Brasil, onde também não foi constituída provisão, face a chance de êxito possível.

A Companhia possui Execução Fiscal relativa à exigência de CSLL, IRPJ e IE, no valor histórico de R\$ 16.481. Referida execução encontra-se devidamente garantida e sob defesa. Há pedido de compensação de ofício pendente de análise para extinção do débito.

A Companhia possui Execução Fiscal que exige débitos de Contribuição Previdenciária, no valor histórico de R\$ 28.490. A empresa informou a existência de medida judicial acerca do direito de compensação de ofício deste débito com créditos de exportação, devendo referida dívida permanecer suspensa até decisão judicial final.

A empresa controlada MFB, possui Execução Fiscal no valor histórico de R\$ 45.852, que exige débitos de Contribuição Previdenciária. A empresa informou a existência de medida judicial acerca do direito de compensação de ofício deste débito com créditos de exportação, devendo referida dívida permanecer suspensa até decisão judicial final.

A empresa controladora e suas controladas possuem processos administrativos, que individualmente não são relevantes, decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, sendo Marfrig R\$ 19.517, Penasul R\$3.026, Dagranja R\$20.059, Mabella R\$19.373, Seara R\$ 102.379, Pampeano R\$5.243 e Agrofrango R\$6.458. Estas empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação nos termos realizados.

A empresa controlada Mabella possui Auto de Infração referente a Contribuições devidas à Seguridade Social, em decorrência de glosa das compensações, no valor histórico de R\$ 29.700. A defesa versa sobre a existência de medida judicial acerca do direito de referida compensação.

A controlada Penasul possui, Auto de Infração referente a IOF incidente sobre operações de crédito realizadas entre pessoas jurídicas coligadas e controladas, entre jan/08 a dez/10, no valor histórico de R\$ 8.897.

Houve impugnação pautada em matéria pendente de julgamento junto ao Supremo Tribunal Federal - STF, sob repercussão geral e ausência de requisitos para lançamento do crédito tributário.

#### PIS e COFINS sobre importação

Em novembro de 2004 a Companhia propôs medida judicial questionando a exigência do PIS e COFINS sobre importação e requerendo o afastamento da exigência destas contribuições. A medida liminar foi concedida e confirmada em sentença que atualmente encontra-se em vigor, sendo objeto de recurso de apelação da União em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Referida ação gera efeitos favoráveis ao fluxo de caixa, vez que permite o recolhimento desses tributos por ocasião da venda das mercadorias e não de forma antecipada, no momento da Importação.

# Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Rondônia e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de presumido proveniente de crédito atividades de descumprimento de obrigação acessória, emissão errônea de notas fiscais, crédito outorgado e não recolhimento do ICMS ST, os quais montam o valor histórico de R\$46.471. Deste montante o valor de R\$13.226 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade. A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$968. No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R\$5.010.

Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pela filial localizada nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás às filiais localizadas no Estado de São Paulo - "Guerra Fiscal". Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos administrativos lavrados é R\$ 256.883. Encontra-se em discussão em fase administrativa o valor total

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

de R\$ 123.831. A Companhia possui ação judicial que questiona a exigibilidade do crédito, equivalente a R\$ 98.635. Dentre esses, cinco são execuções fiscais no valor histórico de R\$97.078. A empresa controlada Dagranja possui processos administrativos movidos também pela Fazenda do Estado de São Paulo, relativos à exigência de ICMS decorrentes de benefício fiscal concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraná, no valor histórico de R\$ 27.821, objeto de discussão administrativa e medida judicial quanto aos processos com fase administrativa encerrada.

A empresa controlada Mabella possui processos administrativos movidos também pela Fazenda do Estado do Rio Grande do Suil, relativos à exigência de ICMS decorrentes de benefício fiscal concedido pelos Estados de Santa Catarina e Paraná, no valor histórico de R\$ 14.327, objeto de discussão administrativa.

#### IPI Crédito - Prêmio

A Companhia possui Pedidos de Restituição no âmbito administrativo pleiteando IPI Crédito-Prêmio que totalizam R\$ 671.899 já julgados em 1ª Instância Administrativa, mas pendente de julgamento em esfera recursal. Referidos pedidos referem-se a créditos não utilizados pela Empresa.

#### 22.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias, que individualmente não são relevantes.

#### 22.3. Movimentação das provisões

	Controladora			Consolidado				
	Trabalhista e				Trabalhista e			
	previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total	previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.775	1.446	4.834	12.055	38.537	111.735	38.453	188.725
Adição					30.390	21.582	7.475	59.447
Reversão		-	-	-	(8.683)	13.652	(7.529)	(2.560)
Reclassificação	(1.300)	2.131	(831)	-	(6.566)	9.049	(11.021)	(8.538)
Ganho/Perda na conversão		-		-	296	519	-	815
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.475	3.577	4.003	12.055	53.974	156.537	27.378	237.889

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

## 23. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Passivo

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Imposto de renda	79.723	94.660	1.131.575	1.106.219	
Contribuição social	28.699	34.077	343.085	309.457	
	108.422	128.737	1.474.660	1.415.676	

Referem-se: (i) aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009 em conformidade com o CPC 27 e ICPC 10, que serão liquidados à medida que ocorrem alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação; (ii) pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção do CPC 15 (R1) de combinação de negócios.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo em 31 de dezembro de 2011	94.660	34.077	1.106.219	309.457
Realização de reserva de reavaliação	(1.754)	(632)	(25.023)	(7.830)
Realização do deemed cost	(13.183)	(4.746)	(18.497)	(4.993)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	21.523	7.748
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	(112.084)	(2.388)
Outros	-	-	113.542	41.091
Ganho/perda na conversão	-	-	45.895	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	79.723	28.699	1.131.575	343.085

#### 24. Patrimônio Líquido

#### 24.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$4.926.678 representado por 476.997.405 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2011 era de R\$4.061.478 representado por 346.983.954 ações). No âmbito da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias da Companhia, realizada em dezembro de 2012, foram emitidas 131.250.000 ações ordinárias ao preço total de subscrição de R\$ 1.050.000.000, conforme atas do Conselho de Administração datadas de 10 e 21 de dezembro de 2012. Conforme Ata da Reunião do Conselho de Administração de 30 de julho de 2012, procedeu-se ao cancelamento de 1.236.549 ações ordinárias nominativas que se encontravam em tesouraria.

Com base na Deliberação CVM nº 649/10, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de

recursos através de emissão pública de ações e emissão privada de ações.

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 630.000.000 (seiscentos e trinta milhões) de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4°, do artigo 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 28.5.

## 24.2. Reservas de lucros

#### 24.2.1. Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No exercício de 2012 não houve constituição de reserva legal, devido a Companhia ter apurado prejuízo no exercício. Dessa forma, o saldo em 31 de dezembro de 2012 permaneceu em R\$44.476.

## 24.2.2. Ações em tesouraria

Programa de recompra de ações

Em reunião realizada no dia 07 de fevereiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou um Programa de Recompra de Ações de emissão da própria Companhia, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital da Companhia, bem como de subsidiar o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

O programa teve vigência até 07 de fevereiro de 2012 e previa a utilização de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais) para a aquisição de até 5.800.000 (cinco milhões e oitocentas mil) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando até 2,97% do total de ações em circulação.

As ações adquiridas no âmbito do Programa de Recompra de Ações foram mantidas em tesouraria para utilização no atendimento ao exercício das opções de compra de ações pelos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e/ou posterior cancelamento ou alienação.

As operações de aquisição são realizadas a preço de mercado, no pregão da BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., respeitando os períodos de vedação legais e regulamentares, principalmente a restrição à negociação de valores mobiliários prevista no artigo 12 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários - ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009 e no artigo 48 da Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 a Marfrig adquiriu 865.500 (oitocentas e sessenta e cinco mil e quinhentas) ações, pelo montante de R\$9.948, registrado como aquisição de ações em tesouraria no patrimônio líquido.

O quadro a seguir apresenta informações referentes às aquisições de ações de emissão própria:

	Recompra de Ações							
		_	Preços de	e negociação das recon	npras (R\$)	Cotação de		
Período	Espécie	Quantidade de ações da recompra	Mínimo	Médio	Máximo	fechamento de mercado¹ (R\$)	Valor de Mercado (R\$)	
1T12	Ordinárias	865.000	8,04	8,18	8,39	11,50	9.947.500,00	
2T12	Ordinárias	0	n/a	n/a	n/a	9,34	n/a	
3T12	Ordinárias	0	n/a	n/a	n/a	11,80	n/a	
4T12	Ordinárias	0	n/a	n/a	n/a	8,48	n/a	

<sup>1</sup> Cotação de fechamento de pregão, divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

#### Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2011, a Marfrig mantinha 1.332.598 (um milhão, trezentos e trinta e duas mil, quinhentas e noventa e oito) ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,38% do total de ações da Companhia. As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$13.702, o que corresponde ao custo médio por ação de R\$10,28 (dez reais e vinte e oito centavos).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2012, a Marfrig mantinha 690.704 ações ordinárias de sua emissão em tesouraria, representando 0,14% do total de ações da Companhia.

As ações estavam registradas contabilmente pelo montante de R\$6.530, o que corresponde ao custo médio por ação de R\$9,45 (nove reais e quarenta e cinco centavos).

O quadro a seguir demonstra a movimentação das ações em tesouraria no exercício:

Saldo em tesouraria					
	Quantidade	Valor (R\$ mil)			
	de ações	Valor (Rathin)			
Saldo em 31/12/2011	1.332.598	13.702			
(+) Aquisição - Programa de recompra	865.000	7.074			
(-) Alienação - Plano de Opções	(270.345)	(2.556)			
(-) Cancelamento	(1.236.549)	(11.690)			
Saldo em 31/12/2012	690.704	6.530			

## 24.3. Outros resultados abrangentes

#### 24.3.1. Ajuste de avaliação patrimonial

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no qual reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

Esta conta também reconhece os efeitos de adoção do "deemed cost".

#### 24.3.2. Ajuste acumulado de conversão

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes Acumulados de Conversão", no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

#### 24.4. Dividendos a pagar

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, é aprovada em Assembléia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 27 de março de 2013 e, em vista do prejuízo apurado no exercício, não submeteu à AGE proposta de distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2012.

## 24.5. Juros sobre o capital próprio

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com as alterações do artigo 88, XXVI, da Lei nº 9.430/96, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros Sobre o Capital Próprio (JSCP) pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP.

Não foram declarados Juros sobre Capital Próprio no ano de 2012.

#### 24.6. Participação dos acionistas não controladores

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido de subsidiarias da Companhia.

#### 25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Receita da venda de produtos					
Vendas no mercado interno	3.043.489	3.092.836	16.933.698	14.310.018	
Vendas no mercado externo	1.742.923	1.624.306	8.023.654	7.847.783	
	4.786.412	4.717.142	24.957.352	22.157.801	
Deduções da Receita Bruta					
Impostos sobre vendas	(94.157)	(129.967)	(727.006)	(699.046)	
Devoluções e abatimentos	(151.391)	(133.201)	(503.952)	(444.644)	
	(245.548)	(263.168)	(1.230.958)	(1.143.690)	
Receita operacional líquida	4.540.864	4.453.974	23.726.394	21.014.111	

## 26. Resultado por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Control	adora	Consolidado		
<del>-</del>	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11	
Custos das vendas		,			
Custos dos estoques	3.048.541	3.106.959	16.618.769	14.808.833	
Depreciação <sup>(1)</sup>	65.433	66.077	503.374	426.440	
Amortização	2.079	2.146	255.382	241.524	
Salários e benefícios a empregados	185.774	211.546	2.789.709	2.555.519	
	3.301.827	3.386.728	20.167.234	18.032.316	
Despesas administrativas					
Depreciação	5.385	5.125	21.874	29.509	
Amortização	-	-	14.386	10.217	
Salários e benefícios a empregados	59.405	74.525	352.062	324.394	
Outros	147.633	59.998	395.415	320.433	
<u> </u>	212.423	139.648	783.737	684.553	
Despesas comerciais					
Depreciação (1)	406	267	10.062	7.569	
Amortização	-	-	458	608	
Salários e benefícios a empregados	15.275	24.457	221.002	175.438	
Outros	275.327	273.733	1.505.412	1.301.755	
	291.008	298.457	1.736.934	1.485.370	

<sup>(1)</sup> A diferença que observamos no saldo de depreciação acumulada do Consolidado entre esta nota e a Demonstração do Fluxo de Caixa no montante de R\$9.591, se refere à reclassificação da Operação Descontinuada, em atendimento ao CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

## 27. Resultado financeiro líquido

A Companhia apresenta a demonstração do resultado financeiro líquido, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita Financeira				
Resultado financeiro com derivativos	95.159	88.275	143.323	122.218
Juros recebidos, rendimento de aplicação financeira	57.159	148.516	152.672	248.744
Descontos Obtidos, outros	14.714	23.142	20.614	26.735
Total receita financeira	167.032	259.933	316.609	397.697
Variação cambial ativa	238.161	254.399	525.558	564.794
Despesa Financeira				
Juros Provisionados	(519.854)	(536.758)	(1.004.039)	(965.263)
Juros sobre debentures	(329.877)	(401.864)	(329.877)	(401.864)
Juros sobre arrendamento	(10.081)	(26.344)	(21.679)	(26.520)
Derivativos	(79.450)	(277.979)	(182.800)	(379.625)
Despesas Bancarias, Comissões, Tarifas	(59.001)	(61.926)	(250.743)	(107.200)
Outros	(2.877)	(15.045)	(70.489)	(37.327)
Total despesa financeira	(1.001.140)	(1.319.916)	(1.859.627)	(1.917.799)
Variação cambial passiva	(580.919)	(723.163)	(1.063.934)	(1.345.376)
Resultado financeiro líquido	(1.176.866)	(1.528.747)	(2.081.394)	(2.300.684)

#### 28. Remuneração dos Administradores

A política de remuneração visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (Bônus e Stock Option).

A mesma visa impulsionar os executivos da Companhia a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (Curto Prazo e Longo Prazo).

O Comitê de Governança Corporativa e Remuneração é o colegiado responsável pela avaliação/análise da remuneração dos administradores. O comitê é formado pelos seguintes cargos: Membro do Conselho de Administração (coordenador), Presidente e Diretor Corporativo de RH. As reuniões têm periodicidade mensal, com foco nas questões estratégicas de recursos humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

## 28.1. Conselho de Administração

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada Bônus de curto prazo ou em Stock Option. É fixado um valor anual para cada um dos membros converterem em ações - Stock Option- somente longo prazo. O preço da ação é baseado na média dos últimos 20 pregões anteriores a 3 de março de cada ano. Não há subsídio por parte da empresa.

O exercício da opção é feito em 4 anos (25% ao ano), tal qual os critérios abaixo dos diretores estatutários.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração da Marfrig.

#### 28.2. Diretores estatutários

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de Curto Prazo (Bônus) e Longo Prazo (Stock Options) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos (EBITDA da divisão e Lucro Líquido do Grupo Marfrig) e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações tem como o Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao dia 03 de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual ("Vesting") obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração.

#### 28.3. Conselho fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembléia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual, pago de forma mensal e não há remuneração variável.

#### 28.4. Remuneração consolidada

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de três membros do Conselho de Administração (os outros cinco membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros), seis membros do Conselho Fiscal (os outros três membros são suplentes) e da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, formado por um Membro do Conselho de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

Administração (coordenador), pelo Presidente e pelo Diretor Corporativo de Recursos Humanos.

#### Remuneração do pessoal chave da administração

	31/12/12	31/12/11
Benefícios de curto prazo a empregados e administradores	13.835	15.884
Remuneração baseada em ações	602	663
Total	14.437	16.547

#### 28.5. Plano de opção de compra de ações - STOCK OPTION PLAN

Em 29 de maio de 2009, foi aprovada em Assembléia Geral de Acionistas, a reforma e consolidação do Plano de Opção de Compra de Ações (Plano), tendo como objetivos: (i) promover a geração de valor para os acionistas da Companhia, através do alinhamento dos seus interesses aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Marfrig ou de suas sociedades controladas e (ii) possibilitar maior nível de atração, retenção e motivação aos colaboradores considerados estratégicos.

O Plano é administrado pelo Conselho de Administração, dentro dos limites estabelecidos nas diretrizes gerais e na legislação aplicável, os quais estão divulgados detalhadamente no Formulário de Referência da Companhia.

O preço de exercício das opções outorgadas nos termos do Plano é fixado pelo Conselho de Administração, respeitado o preço médio ponderado pelo volume das ações da Companhia observado nos últimos 20 (vinte) pregões na Bolsa de Valores de São Paulo imediatamente anteriores à data da outorga da opção e um desconto de até 20% sobre o valor apurado.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, foram transferidas 91.420 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações. A movimentação nas opções exercidas ao longo do exercício é demonstrada nas tabelas a seguir:

Total de opções exercidas por mês						
	Quantidade de	Preço Médio				
	ações	de Mercado 1				
	exercidas	(R\$ por ação)				
Opções Exercidas - 2011	161.600					
Janeiro/12	125	8,52				
Fevereiro/12	1.100	9,00				
Março/12	52.125	11,31				
Abril/12	110.600	11,32				
Maio/12	12.425	9,54				
Junho/12	2.150	9,20				
Julho/12	12.000	9,17				
Agosto/12	42.000	10,16				
Setembro/12	37.420	11,13				
Outubro/12	-	11,51				
Novembro/12	400	11,27				
Dezembro/12	-	8,74				
Opções Exercidas - 2012	270.345					

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Cotação de média mensal divulgada pela BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A., referente às ações ordinárias da Marfrig, sob o código MRFG3.

Movimentação Consolidada	2012	2011
(Ações)		
Saldo inicial	637.064	899.972
Opções outorgadas	571.105	-
Opções exercidas	(270.345)	(161.600)
Opções canceladas e vencidas	(173.557)	(101.308)
Saldo final	764.267	637.064

A diluição prevista da participação dos atuais acionistas, quando do exercício das opções de ações na data de performance ("vesting") até o limite das ações mantidas em tesouraria para esse fim é de 0,26% conforme detalhado na tabela a seguir:

Percentual de Diluição								2012
	Plano Master 07-08	Plano Master 08-09	Plano ESP I LP 07-08	Plano ESP II CP 08-09	Plano ESP III LP 08-09	Plano ESP IV LP 09-10	Plano ESP V LP 10-11	Total
Data de concessão	03/03/08	28/07/09	28/07/09	28/07/09	28/07/09	01/07/10	20/04/11	
Contratos em aberto	13.800	55.300	-	-	108.082	160.000	427.485	764.667
Ações em Circulação								292.085.583
Percentual de diluição	0,00%	0,02%	0,00%	0,00%	0,04%	0,05%	0,15%	0,26%

Em 31/12/2012, o valor justo das opções estava registrado no patrimônio líquido da Marfrig ao montante de R\$ 6.530 (R\$ 13.702 em 31/12/2011). A Companhia reconheceu despesas relativas às outorgas dos planos vigentes no montante líquido negativo de R\$0,47 conforme detalhado na tabela a seguir:

2012	2011
3,3	556,2
(3,8)	(3.012,2)
(0,5)	(2.456,0)
	3,3 (3,8)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de Reais)

O valor justo das opções foi mensurado de forma indireta, baseando-se no modelo de precificação Black-Scholes, com base nas seguintes premissas:

- Taxa de juros livre de risco: 5,5%a.a. A Companhia utiliza como taxa de juros livre de risco a Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP, anualizada na data do cálculo e disponível no website da receita federal www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/refis/tjlp.htm;
- Beta: 99,1%. A medida utilizada para estimar a volatilidade foi o beta histórico ajustado, levando em conta os preços diários das ações da Companhia negociadas no pregão da BM&FBOVESPA sob o código MRFG3, no período de 31/12/2011 a 31/12/2012, em relação ao Índice IBOVESPA, representativo do mercado brasileiro de ações.

O valor justo das ações em 31/12/2012 nos diferentes programas e vencimentos situou-se entre o máximo de R\$6,32 e o mínimo de R\$1,78 negativo por ação para os planos MASTER, destinados aos Conselheiros, e entre o máximo de R\$11,14 e o mínimo de R\$0,77 por ação para os planos ESPECIAIS, destinados aos Executivos.

A composição das opções outorgadas é demonstrada a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

							Total de o	pções outorgadas:						
Planos	Data de Concessão	Período de performance (Carência)	Data de Expiração da Opção	Total de Opções Concedidas	Total de Opções Vestidas	Opções Exercidas no Período	Opções Canceladas e/ou Vencidas no Período	Opções Exercidas e/ou Canceladas em Períodos Anteriores	Contratos em Aberto	Preço de Exercício d Opção	Valor da Opção no a Período (Black Scholes) em R\$	Valor de Mercado Opções não Vestidas ao final do período (R\$ mil)	Valor de Mercado Opções Vestidas em Aberto ao final do período	Efeitos no Resultado do período em Caso de Contabilização (R\$ mil)
Total em	31/12/2011			1.198.580	623.316	161.600	101.308	298.608	637.064			3.023,4	137,6	2.766,0
Total em	30/03/2012			1.769.685	1.046.468	53.350	13.800	561.516	1.141.019			5.614,9	2.505,1	3.459,6
Total em	30/06/2012			1.769.685	1.046.468	125.175		628.666	1.015.844			4.073,1	702,7	2.545,4
Total em	30/09/2012			1.769.685	1.046.468	91.420	159.757	753.841	764.667			5.437,6	114,2	1.826,3
MASTER 07-0 MASTER 07-0	3 03/03/2008 3 03/03/2008 3 03/03/2008 3 03/03/2008	04/03/2009 04/03/2010 04/03/2011 04/03/2012	03/03/2010 03/03/2011 03/03/2012 03/03/2013	13.800 13.800 13.800 13.800 55.200	13.800 13.800 13.800 13.800 55.200			13.800 13.800 13.800 - 41.400	13.800 13.800	R\$ 13,58701 R\$ 13,58701 R\$ 13,58701 R\$ 13,58701	-R\$ 5,1070 -R\$ 5,1070		0,0 0,0 0,0 -70,5 -70,5	0,0 0,0 0,0 -57,0 -57,0
MASTER 08-0 MASTER 08-0	9 28/07/2009 9 28/07/2009 9 28/07/2009 9 28/07/2009	04/03/2010 04/03/2011 04/03/2012 04/03/2013	03/03/2011 03/03/2012 03/03/2013 03/03/2014	27.900 27.675 27.650 27.650 110.875	27.900 27.675 27.650 0 83.225	- - - - -	- - - -	27.900 27.675 - - 55.575	27.650 27.650 55.300	R\$ 6,77831 R\$ 6,77831 R\$ 6,77831	R\$ 1,7017 R\$ 1,7017	0,0 0,0 0,0 82,2 82,2	0,0 0,0 47,1 0,0 47,1	0,0 0,0 74,0 74,0 148,0
ESP I LP 07-0 ESP I LP 07-0	3 28/07/2009 3 28/07/2009 3 28/07/2009 3 28/07/2009	28/07/2009 03/03/2010 03/03/2011 03/03/2012	30/11/2009 02/09/2010 02/09/2011 02/09/2012	50.000 50.000 50.000 50.000 200.000	50.000 50.000 50.000 50.000 200.000	- - - -	- - - -	50.000 50.000 50.000 50.000 200.000		R\$ 0,7548! R\$ 0,7548! R\$ 0,7548!	R\$ 7,7252 R\$ 7,7252	0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	0,0 0,0 0,0 0,0 0,0
ESP II CP 08-	9 28/07/2009	28/07/2009	30/11/2009	80.200 80.200	80.200 80.200			80.200 80.200	-	R\$ 1,0382	R\$ 7,4418	0,0	0,0	0,0
ESP III LP 08- ESP III LP 08-	09 28/07/2009 09 28/07/2009 09 28/07/2009 09 28/07/2009	03/03/2010 03/03/2011 03/03/2012 03/03/2013	02/09/2010 02/09/2011 02/09/2012 02/09/2013	108.083 108.083 108.082 108.082 432.330	108.083 108.083 108.082 - 324.248	- - - -	- - - 	108.083 108.083 108.082 - 324.248	108.082 108.082	R\$ 0,6778: R\$ 0,6778: R\$ 0,6778:	R\$ 7,8022 R\$ 7,8022	0,0 0,0 0,0 845,0 845,0	0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	0,0 0,0 0,0 948,5 948,5
ESP IV LP 09- ESP IV LP 09-	1001/07/2010 1001/07/2010 1001/07/2010 1001/07/2010	03/03/2011 03/03/2012 03/03/2013 03/03/2014	02/09/2011 02/09/2012 02/09/2013 02/09/2014	80.000 80.000 80.000 80.000 320.000	80.000 80.000 - - 160.000	- 125 - - - 125	-	80.000 79.875 - - 159.875	80.000 80.000 160.000	R\$ 11,02609 R\$ 11,02609 R\$ 11,02609	-R\$ 2,5461 R\$ 1,4430	0,0 0,0 115,4 267,6 383,1	0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	0,0 0,0 -125,8 -125,8 -251,5
ESP V LP 10-	1 20/04/2011 1 20/04/2011 1 20/04/2011 2 20/04/2011	03/03/2012 03/03/2013 03/03/2014 03/03/2015	02/09/2012 02/09/2013 02/09/2014 02/09/2015	142.770 142.770 142.770 142.770 571.080	142.770 275 275 275 275 143.595	275 - - - 275	- -	142.495 275 275 275 275 143.320	0 142.495 142.495 142.495 427.485	R\$ 7,02510	R\$ 2,8443 R\$ 4,4013		0,0 0,0 0,0 0,0 0,0	0,0 346,1 346,1 346,1 1.038,3
Total em	31/12/2012			1.769.685	1.046.468	400		1.004.618	764.667			3.102,0	-23,4	1.826,3

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

#### 29. Resultado por ação

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto quando mencionado):

	31/12/12	31/12/11
Prejuizo (lucro) atribuível aos acionistas das operações continuadas	(480.837)	(773.752)
Lucro atribuível aos acionistas das operações descontinuadas	256.935	27.740
Prejuizo (lucro) atribuível aos acionistas da Companhia	(223.902)	(746.012)
Média ponderada da quantidade de ações do período (em unidades)	352.728.068	346.983.954
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria, incluindo o efeito de Stock Option (em unidades)	(648.622)	(539.123)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	352.079.446	346.444.831
Prejuízo (lucro) Básico e Diluído (em R\$) das operações continuadas	(1,3657)	(2,2334)
Prejuízo (lucro) Básico e Diluído (em R\$) das operações descontinuadas	0,7298	0,0801
Resultado atribuído aos acionistas da Companhia	(0,6359)	(2,1533)

A Companhia possui debêntures conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado diluído por ação.

#### 30. Informações por segmento

A Marfrig Alimentos S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em dois principais segmentos apresentáveis, organizada de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias e profissionalizadas e segmentadas em:

- Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizada na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e Europa;
- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

A plataforma global do grupo está presente nos 5 continentes, com 150 plantas e escritórios na América do Sul, América do Norte, Ásia, África, Europa, Oriente

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Médio e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 140 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, na forma considerada para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

A Companhia informa que no demonstrativo abaixo, as operações que ocorreram ao longo do ano de 2012, já não constam mais nos respectivos segmentos. A conclusão do contrato de permuta dos ativos e outras avenças entre Marfrig e BRFOODS, impactou o segmento de bovinos, ovinos e couro e, a conclusão da venda dos ativos de logística da Keystone para a Martin-Brower impactou o segmento de aves, suínos e produtos elaborados e processados.

Abaixo o balanço patrimonial e demonstração de resultado, consolidados, resumidos por segmento de informação:

		31/12/12			31/12/11	
	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total
Ativo						
Circulante	6.074.988	4.159.664	10.234.652	5.426.750	3.932.363	9.359.113
Realizável a longo prazo	1.916.181	1.344.969	3.261.150	1.607.389	1.173.703	2.781.092
Investimentos	178	10.929	11.107	213	12.982	13.195
Imobilizado	2.688.616	5.068.643	7.757.259	2.494.871	4.600.431	7.095.302
Ativos biológicos	17.597	235.764	253.361	24.773	195.010	219.783
Intangível	868.771	3.203.154	4.071.925	1.187.559	3.167.397	4.354.956
	11.566.331	14.023.123	25.589.454	10.741.555	13.081.886	23.823.441
Passivo Circulante	3.297.971	4.389.349	7.687.320	2.723.165	3.949.934	6.673.099
Não circulante	8.696.451	4.900.591	13.597.042	9.438.816	4.292.312	13.731.128
	11.994.422	9.289.940	21.284.362	12.161.981	8.242.246	20.404.227
		31/12/12			31/12/11 Aves, Suínos e	
	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos Elaborados e Processados	Total	Bovinos Ovinos e Couros	produtos Elaborados e Processados	Total
Receita líquida	7.752.134	15.974.260	23.726.394	7.647.548	13.366.563	21.014.111
CPV	(6.073.243)	(14.093.991)	(20.167.234)	(6.313.920)	(11.718.396)	(18.032.316)
Resultado com equivalência patrimonial	-	669	669	-		
Resultado financeiro	(1.343.985)	(737.409)	(2.081.394)	(1.680.134)	(620.550)	(2.300.684)
Imposto de renda e contribuição social	275.034	155.181	430.215	395.307	147.967	543.274
Participação dos acionistas controladores no lucro(prejuizo) - operação continuada	(32.137)	(448.700)	(480.837)	(715.820)	(57.932)	(773.752)
Participação dos acionistas controladores no lucro(prejuizo) - operação descontinuada	(113.494)	370.429	256.935	-	27.740	27.740
Resultado interesses minoritários - operação continuada	21.097	(12.381)	8.716	6.945	(3.884)	3.061
Resultado interesses minoritários - operação descontinuada	-	613	613	-	(2.390)	(2.390)
Depreciação/Amortização (1)	139.231	666.306	805.537	125.198	590.669	715.867
Ebitda operação descontinuada	1.041.455	1.092.584	2.134.039	687.259	1.086.544	1.773.803
Ebitda operação continuada	1.154.949	811.544	1.966.493	687.259	1.009.206	1.696.465

(1) A diferença que observamos no saldo de depreciação acumulada do Consolidado entre esta nota e a Demonstração do Fluxo de Caixa no montante de R\$9.592, se refere à

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

reclassificação da Operação Descontinuada, em atendimento ao CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

## 31. Cobertura de seguros

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

Segue abaixo o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

	Control	adora	Consoli	dado
Descrição	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Edificações e instalações frigoríficas	1.232.103	874.105	5.996.794	5.111.425
Estoques e lucros cessantes	310.081	203.973	2.141.668	2.261.180
Armazem de terceiros	120.218	76.712	170.776	152.682
Veículos	19.420	10.630	34.093	20.709
Transporte de mercadorias	45.870	42.088	1.960.998	1.580.375
Garantia de diretores	61.305	56.274	114.947	104.952
Responsabilidade civil	10.000	10.000	347.670	377.115
Outros	1.299.846	1.337.354	1.366.121	1.395.482
	3.098.843	2.611.136	12.133.067	11.003.920

## 32. Instrumentos financeiros - Derivativos e gerenciamento de risco - consolidado

## 32.1. Contexto geral

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das "commodities". Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, tomando por base sempre as últimas demonstrações financeiras divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de 5% (cinco por cento), será necessária, adicionalmente, a autorização do Comitê Financeiro da Companhia.

Os atos da Companhia mencionados no parágrafo anterior são: a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais; b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; c) aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de "leasing"; e d) aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

A Companhia somente pratica operações com derivativos ou instrumentos similares que objetivem proteção mínima a: moedas estrangeiras, taxas de juros e preços de commodities, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira. A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

## 32.2. Instrumentos financeiros por categoria

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora			
Ativos financeiros				
	Ativos Financeiros e Recebíveis		Mantido	•
	e Recebíveis 31/12/12 31/12/11		nego	
			31/12/12	31/12/11
Caixa e equivalentes de caixa	211.130	399.326	85.707	23.041
Aplicações financeiras	404 202	201 222	904.239	877.165
Valores a receber - clientes Títulos a receber - derivativos	486.283	381.222	- 53.201	2.388
Partes relacionadas	2.838.257	1.963.350	53.201	2.386
Ativos financeiros totais	3.535.670	2.743.898	1.043.147	902.594
Activos financen os totais	3.333.070	2.743.070	1.043.147	702.574
Passivos financeiros				
	Passivos fi	nanceiros	Mantido	s para
	ao custo a	mortizado	nego	cição
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fornecedores	355.511	344.484	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.385.671	5.700.278	-	-
Derivativos	-	-	260.891	209.185
Juros sobre debêntures	144.445	180.299		
Passivos financeiros totais	5.885.627	6.225.061	260.891	209.185
	Consolidado			
Ativos financeiros	Consolidado			
Ativos financeiros	Consolidado Ativos Finar	nceiros	Mantidos	para
Ativos financeiros			Mantidos negoci	•
Ativos financeiros -	Ativos Finar			
Ativos financeiros - Caixa e equivalentes de caixa	Ativos Finar e Receb	íveis	negoci	ção 31/12/11
- Caixa e equivalentes de caixa	Ativos Finar e Receb 31/12/12	íveis 31/12/11	negoci 31/12/12	ção 31/12/11 34.149
- -	Ativos Finar e Receb 31/12/12	íveis 31/12/11	negoci 31/12/12 87.322	ção 31/12/11 34.149
- Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586	31/12/11 1.042.671	negoci 31/12/12 87.322	ção
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Valores a receber - clientes Títulos a receber - derivativos	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315	31/12/11 1.042.671 - 1.302.906	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266	ção 31/12/11 34.149 2.401.037 
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Valores a receber - clientes Títulos a receber - derivativos	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586	31/12/11 1.042.671	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172	31/12/11 34.149 2.401.037
Caixa e equivalentes de caixa  Aplicações financeiras  Valores a receber - clientes  Títulos a receber - derivativos  Ativos financeiros totais	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315	31/12/11 1.042.671 - 1.302.906	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266	ção 31/12/11 34.149 2.401.037
- Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Valores a receber - clientes	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315	1.042.671 - 1.302.906 - 2.345.577	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266 2.418.760	ção 31/12/11 34.149 2.401.037 24.585 2.459.771
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Valores a receber - clientes Títulos a receber - derivativos Ativos financeiros totais	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315 - 2.625.901	31/12/11 1.042.671 - 1.302.906 - 2.345.577	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266	24.585 2.459.771
Caixa e equivalentes de caixa Aplicações financeiras Valores a receber - clientes Títulos a receber - derivativos Ativos financeiros totais	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315 - 2.625.901	31/12/11 1.042.671 - 1.302.906 - 2.345.577	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266 2.418.760	24.585 2.459.771
Caixa e equivalentes de caixa  Aplicações financeiras  Valores a receber - clientes  Títulos a receber - derivativos  Ativos financeiros totais	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315 - 2.625.901  Passivos fina ao custo am	31/12/11 1.042.671 - 1.302.906 - 2.345.577 Inceiros ortizado	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266 2.418.760 Mantidos negoci	2.401.037 24.585 2.459.771 para ção
Caixa e equivalentes de caixa  Aplicações financeiras  Valores a receber - clientes  Títulos a receber - derivativos  A tivos financeiros totais  Passivos financeiros	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315 - 2.625.901  Passivos fina ao custo am 31/12/12	31/12/11 1.042.671 - 1.302.906 - 2.345.577 anceiros ortizado 31/12/11	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266 2.418.760 Mantidos negoci	2.401.037 24.585 2.459.771 para ção
Caixa e equivalentes de caixa  Aplicações financeiras  Valores a receber - clientes  Títulos a receber - derivativos  Ativos financeiros totais  Passivos financeiros	Ativos Finar e Receb 31/12/12 832.586 - 1.793.315 - 2.625.901  Passivos fina ao custo am 31/12/12 2.580.227	31/12/11 1.042.671 - 1.302.906 - 2.345.577 and eiros ortizado 31/12/11 2.783.120	negoci 31/12/12 87.322 2.259.172 72.266 2.418.760 Mantidos negoci	2.401.037 24.585 2.459.771 para ção

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota explicativa nº 3.1.4.

14.962.146

14.160.448

304.569

Passivos financeiros totais

243.888

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

#### 32.3. Comparação do valor de mercado e dos respectivos valores justos

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Consolidado					
	31/12	2/12	31/12	2/11		
	Valor Valor de		Valor	Valor de		
	contábil	mercado	contábil	mercado		
Caixa e equivalentes de caixa	919.908	919.908	1.076.820	1.076.820		
Aplicações Financeiras	2.259.172	2.259.172	2.401.037	2.401.037		
Valores a receber - clientes	1.793.315	1.793.315	1.302.906	1.302.906		
Fornecedores	2.580.227	2.580.227	2.783.120	2.783.120		
Empréstimos e financiamentos	11.641.398	11.641.398	10.603.078	10.603.078		
Derivativos a pagar	304.569	304.569	243.888	243.888		
Juros sobre debêntures	144.445	144.445	180.299	180.299		
Debentures	596.076	596.076	593.951	593.951		

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

#### 32.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

#### 32.4.1 Gestão de capital

	Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	
Caixa e equivalente de caixa e aplicação financeira no curto prazo	3.178.194	3.476.960	
Emprestimos e financiamentos no curto prazo	3.359.130	2.277.035	
Indicador de Liquidez modificado	0,95	1,53	
Indicador de alavancagem	4,28x	4,39x	

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas controladas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Os principais indicadores para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem, endividamento circulante (curto prazo); e o Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre "EBITDA" em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

Consolidado						
31 de dezembro de 2011	2012	2013	2014	2015	Após	Total
Fornecedores	2.783.120	-	-	-	-	2.783.120
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.277.035	2.202.101	2.138.800	1.291.686	3.287.407	11.197.029
Juros sobre debêntures	180.299	-	-	-	-	180.299
Passivos financeiros derivativos	8.171	3.845	14.285	132.484	85.103	243.888
Total =	5.248.625	2.205.946	2.153.085	1.424.170	3.372.510	14.404.336
31 de dezembro de 2012	2013	2014	2015	2016	Após	Total
Fornecedores	2.580.227	-	-	-	-	2.580.227
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.558.530	3.091.092	1.709.391	1.189.075	2.689.386	12.237.474
Juros sobre debêntures	144.445	-	-	-	-	144.445
Passivos financeiros derivativos	44.560	7.601	163.292	-	89.116	304.569
Total	6.327.762	3.098.693	1.872.683	1.189.075	2.778.502	15.266.715

## 32.5. Administração de risco de taxas de juros

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetam passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012 está a seguir apresentado:

Exposição à taxa CDI:

	Consolidado		
•	31/12/12	31/12/11	
NCE (R\$ e US\$) / ACC / Capital de giro (R\$)	3.612.004	3.059.976	
(-) CDB-DI (R\$)	(275.987)	(1.002.199)	
Subtotal	3.336.017	2.057.777	
Exposição à taxa LIBOR			
Pré-pagamento (US\$)	2.485.905	2.595.233	
Capital de giro (US\$)	215.279	205.561	
Financiamento parque industrial (US\$) / Linha de Credito Rotativo (US\$)	946.299	5.994	
Subtotal	3.647.483	2.806.788	
Exposição à taxa TJLP:			
FINAME / FINEM / FINEP	85.520	61.047	
Subtotal	85.520	61.047	
TOTAL	7.069.020	4.925.612	

A Companhia contratou operações de "swap", não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Instrumento Swap Taxa Juros	Registro CETIP	Vencimento  2012 2013 2013 2014 2015 2015 2015 2015 2016 2018	A receber Libor Maior 2,10% Menor VC USD +2,4 CDI Libor Maior 2,38% Libor Maior 3,30% Libor Maior 5,50% Maior VC USD + 7,13% Menor VC USD + 6,75% Maior VC USD + 5,5% Maior VC + 8,825% Maior VC USD + 8,825%	A pagar Libor Menor 2,10% Maior VC USD +2,4 CDI Libor Menor 2,38% Libor Menor 3,30% Libor Menor 5,50% Menor VC USD + 7,13% Maior VC USD + 6,75% Menor VC + 8,825% Menor VC USD + 8%	Valor de referência US\$ (nocional) (2)	Valor Justo R\$ (1)	31/12/12  Valor a receber (-) pagar  - (1.069) (879) (7.601) (5.403) - (117.208) (11.742) 25.328 (89.116) (207.690)	31/12/11 Valor a receber (-) pagar (1.027) (1.958) (1.958) (14.285) (109.291) (14.518) (8.675) (58.866)
Swap Taxa Juros Swap Taxa Juros Swap Taxa Juros	CETIP CETIP (3)	2012 2013 2013	Libor Menor 5,50% Libor Menor 2,26% Maior VC USD + 5,72%	Libor Maior 5,50% Libor Maior 2,26% Menor VC USD + 5,72%	100.000	203.017 - 203.017 - 2.562.627	(28.629)	(5.720) (1.424) (1.887) (9.031)

<sup>(1)</sup> O valor informado é apurado através do método "Mark-to-Market" (MtM) mais o prêmio que houver, que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e da BM&FBovespa

## 32.6. Administração de risco de preços de "Commodities"

Em suas atividades a Companhia e suas controladas efetivam a compra de certas "commodities" como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

No intuito de diminuir o impacto das "commodities", a Companhia e suas controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (Value at Risk) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

<sup>(2)</sup> O valor de referência (nocional) não está condicionado a uma operação de hedge. O mesmo apenas é base para os fluxos de pagamento, os quais estão atrelados a taxa Libor (Libor Interbank Offered Rate), que por sua vez está fixada.

<sup>(3)</sup> Operação bi-lateral/balcão. Não possui registro em câmara de custória/liquidação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

A controladora e as suas controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das commodities para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, tendo como contraparte a bolsa CBOT - Chicago Board of Trade.

Segue abaixo posição dos derivativos relacionados ao risco de commodities:

Registro	Contrato Futuro	Qtd. Contratos	Vcto.	otion	/alor Justo	Resultado em 31.12.2012
CBOT	soja	1.436	2013	###	-11.089	5.866
CBOT	milho	6.084	2013		-11.646	1.199
CBOT	soja	-778	2013		303	-4.470
CBOT	milho	-586	2013		-8.687	-8.215
		6.156		###	-31.119	-5.620

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo de ajuste dos derivativos referentes ao risco de commodities foi de R\$ 1.952.

# 32.7. Administração de risco de crédito

A Companhia e as suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

A Política de Risco de Crédito Global determina as diretrizes para a gestão do risco de crédito financeiro pautada nas seguintes bases:

- Limitação da concentração do risco de crédito líquido de contraparte em 15% do total do ativo circulante;
- Aplicação dos recursos financeiros em instituições financeiras sólidas e de primeira linha, através da avaliação do seu rating;
- Equalização das posições passivas com as posições ativas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

explicativa n.º 6. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontrase apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

A seguir os valores de ativo financeiro sujeitos a risco de crédito:

		Controladora		Consolidado
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e equivalentes de caixa	296.837	422.367	919.908	1.076.820
Aplicações Financeiras	904.139	877.065	2.258.286	2.400.140
Valores a receber - clientes nacionais	354.232	193.588	1.391.752	1.032.510
Valores a receber - clientes internacionais	132.051	187.634	401.563	270.396
Outros valores a receber	17.996	19.954	155.079	168.538
Total	1.705.255	1.700.608	5.126.588	4.948.404

# 32.8. Administração de risco cambial

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 71% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um "hedge" natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (Value at Risk) para um dia, com intervalo de confiança de 95%.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

## Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Controladora					
Exposição					
Descrição	31/12/12	31/12/11	Efeitos no resultado Variação cambial 2012		
Operacional					
Contas a receber	356.149	451.855	28.902		
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(219.007)	(262.776)	(75.622)		
Importações a pagar	(27.392)	(45.560)	(6.669)		
Subtotal	109.750	143.519	(53.389)		
Financeiro					
Empréstimos e financiamentos	(3.257.030)	(3.838.276)	(286.418)		
Títulos a pagar	(3.790)	(3.517)	(15.494)		
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	178.701	243.312	12.543		
Subtotal	(3.082.119)	(3.598.481)	(289.369)		
Total =	(2.972.369)	(3.454.962)	(342.758)		
Variação cambial ativa			238.161		
Variação cambial passiva			(580.919)		
Variação cambial liquida			(342.758)		

<sup>(\*)</sup> Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Consolidado		
Exposição			Efeitos no resultado Variação cambial
Descrição	31/12/12	31/12/11	2012
Operacional			
Contas a receber	797.409	924.177	63.544
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(389.426)	(651.535)	(75.622)
Importações a pagar	(95.457)	(116.832)	(2.810)
Outros	(33.216)	4.125	(24.759)
Subtotal	279.310	159.935	(39.647)
Financeiro			
Empréstimos e financiamentos	(9.268.121)	(8.611.286)	(491.009)
Títulos a pagar	(8.013)	(25.187)	(10.546)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	323.759	637.696	9.256
Outros	1.616	(11.436)	1.833
Subtotal	(8.950.759)	(8.010.213)	(490.466)
Total	(8.671.449)	(7.850.278)	(530.113)
Variação cambial ativa			550.951
Variação cambial passiva			(1.081.064)
Variação cambial liquida			(530.113)
Variação cambial descontinuada			(8.263)
Variação cambial final liquida			(538.376)

<sup>(\*)</sup> Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

Em 31 de dezembro de 2012 não há derivativos contratados para proteção contra risco cambial.

## 32.9. Margens dadas em garantia

A Companhia não possui valor monetário em garantia para as operações de derivativos junto à bolsa de mercadorias e futuros em 31 de dezembro de 2012.

Concomitantemente não possui nenhuma garantia tomada que esteja atrelada aos ativos financeiros.

## 32.10. Análise de sensibilidade

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 31 de dezembro de 2012, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 31 de dezembro de 2012 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente. A fonte de informação foi a Bloomberg.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 31 de dezembro de 2012, onde o valor de referência era de R\$/US\$ 2,0435.

Para a taxa de juros foi utilizada a curva da taxa Libor em 31 de dezembro de 2012, que apresentava então as seguintes taxas: 1 mês, 0,2087%, 3 meses, 0,3060% e 6 meses,0,5083%.

Os preços base para os futuros de commodities são referenciados pela cotação na Bolsa de Futuros de Chicago (CBOT) dos vencimentos para Dezembro 2012.

Seguem abaixo os cenários de sensibilidade:

Cenário de stress - SWAP

Instrumento	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(207.690)	(259.613)	(311.536)
Controladas	(28.629)	(35.786)	(42.943)
	(236.319)	(295.399)	(354.479)

<sup>(\*)</sup> No cálculo dos cenários, foram utilizados as curvas futuras da fonte Bloomberg e deterioradas, este resultado foi trazido a valor presente.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, o resultado financeiro líquido consolidado com derivativos totalizou uma despesa de R\$39.477, sendo R\$182.800 relativos às despesas e R\$143.323 relativos às receitas.

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica "títulos a receber" "títulos a pagar", referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados abaixo:

Controladora		Consolidado	
31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
(207.690)	(208.620)	(236.320)	(217.651)
-	1.830	-	(1.043)
-	(2.395)	4.017	(25.194)
(207.690)	(209.185)	(232.303)	(243.888)
	31/12/12 (207.690) - -	31/12/12 31/12/11 (207.690) (208.620) - 1.830 - (2.395)	31/12/12     31/12/11     31/12/12       (207.690)     (208.620)     (236.320)       -     1.830     -       -     (2.395)     4.017

No tocante ao risco cambial, seguem abaixo os cenários de sensibilidade:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Cenario de Stress - exposição cambial de balanço Cenário Cenário Cenário 31.12.2012 Provável Possível Remoto Controladora (14.862)(743.092)(1.486.184)Controladas (13.634)(681.678)(1.363.356)(2.849.540)(28.495)(1.424.770)

Com relação ao risco de commodities, seguem abaixo os cenários de sensibilidade:

Cenário de stress - derivativos commodities						
Cenário Cenário Cenário						
Instrumento	Provável	Possível	Remoto			
Consolidado	(31.119)	(38.899)	(46.679)			

## 32.11. Valor justo de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas utilizam as curvas de mercado da "Bloomberg" de cada derivativo, trazidas a valor presente na data da apuração, para obtenção do valor justo, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O valor justo dos contratos de swap de taxa de juros é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;
- Nível 3: Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	919.908	-	-
Aplicações Financeiras - mantidas para negociação	-	2.258.286	-
Passivos não circulantes			
Derivativos	-	(232.303)	-
Total	919.908	2.025.983	-

A Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas controladas.

# 33. Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/2008 convertido na lei nº 11.941/2009.

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de Imposto de Renda e da Contribuição Social apresentados no resultado do exercício:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

		Control	ladora	Consol	idado
Tributo		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	3	(335.901)	(1.088.231)	(910.439)	(1.319.416)
Adições					
Adições do IRPJ		647.354	548.374	573.870	917.184
Adições do CSLL		647.354	548.374	316.141	858.282
(-) Exclusões					
(-) Exclusões do IRPJ		(702.533)	(437.288)	(263.316)	(944.840)
(-) Exclusões do CSLL		(702.533)	(437.288)	(271.458)	(914.676)
Base de cálculo					
Base de cálculo do imposto de renda		(391.080)	(977.145)	(599.885)	(1.347.072)
Base de cálculo da contribuição social		(391.080)	(977.145)	(865.756)	(1.375.810)
Empresas com prejuizo fiscal			_	442.077	448.063
Empresas com base negativa		-	-	444.532	478.599
Base de cálculo ajustada IRPJ		(201 000)	(077 145)	(157,000)	(000,000)
Base de cálculo ajustada INFS Base de cálculo ajustada CSLL		(391.080) (391.080)	(977.145) (977.145)	(157.808) (421.224)	(899.009) (897.211)
		(371.000)	(777.143)		
(-) Compensação de prejuízo fiscal		-	-	(36.466)	(15.993)
(-) Compensação de base negativa de CSLL		-	-	(36.426)	(14.785)
Base de cálculo após compensação					
Base de cálculo após compensação IRPJ		(391.080)	(977.145)	(194.274)	(915.002)
Base de cálculo após compensação CSLL		(391.080)	(977.145)	(457.650)	(911.996)
mposto de renda (15%)		-	-	157.974	(43.838)
Adicional (10%)		-	-	5.925	(11.550)
(-) PAT		-	-	305	(25)
Imposto de renda total		-	-	164.204	(55.413)
Contribuição social (9%)				7.768	(4.336)
		-	-	171.972	(59.749)
Diferença de alíquota sobre os resultados do	exterior			(6.336)	92.883
Total de tributos		-	-	165.636	33.134
Efeito na Demonstração de Resultados		-	-	165.636	33.134
Tributo	Grupo	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	-	-	(157.871)	(28.799)
mposto recolhido no exterior	Passivo circulante	-	-	11.468	-
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	150.867	246.790	341.304	383.221
Imposto de renda diferido - Passivo (1)	Passivo não circulante	14.937	4.841	134.080	65.295
Líquido	Resultado	165.804	251.631	328.981	419.717
-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante	-	-	(7.768)	(4.335)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	54.312	88.845	101.538	125.962
Contribuição social diferida - Passiva (1)	Passivo não circulante	5.377	1.743	7.464	1.930
Líquido	Resultado	59.689	90.588	101.234	123.557

<sup>(1)</sup> Referem-se ao Imposto de Renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal/base negativa de CSL, os quais estão demonstrados nas notas explicativas 11 e 23.

# 34. Desenvolvimento Sustentável

O Grupo Marfrig está trabalhando para se tornar referência de sustentabilidade em seu segmento de mercado. Para tanto, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo de sua inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa. Em 2007 foi criado o Departamento de Ação Social, o qual é responsável por tais projetos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Sustentabilidade é um dos pilares da estratégia corporativa do Grupo Marfrig e permeia todas as suas atividades e divisões. A Companhia tem o compromisso de manter o equilíbrio econômico, social e ambiental em seus negócios, contribuindo com o desenvolvimento da sociedade e a preservação do planeta.

A Marfrig é uma referência em sustentabilidade em vários de seus segmentos de atuação. Respeitando aspectos culturais e práticas de negócios locais, segue uma estratégia de aperfeiçoamento contínuo, pioneirismo e inovação tecnológica, aliado à transparência de suas ações e práticas de governança corporativa.

Sua estratégia de sustentabilidade está baseada em seis dimensões:

- Social: realizar ações que beneficiem as sociedades em que o Grupo está inserido, estimular a diversidade na organização e promover a segurança e a saúde no ambiente de trabalho.
- Cadeia de Suprimentos: fomentar a pecuária sustentável, manter boas relações com os fornecedores e assegurar o bem-estar animal.
- Ambiental: gerenciar o uso de recursos naturais, a matriz energética, o descarte de resíduos e proteger a biodiversidade, minimizando os impactos de sua atividade que contribuem para as mudanças climáticas.
- Tecnológica: investir em pesquisa e desenvolvimento, na inovação e em novos processos de engenharia, contribuindo para o desenvolvimento do setor.
- Econômica: gerir riscos, oportunidades e custos com uma visão de longo prazo.
- Produto: desenvolver produtos de qualidade, com alto valor nutricional e segurança alimentar.

Essas seis dimensões contemplam todos os públicos da Companhia: fornecedores, parceiros, clientes, colaboradores, acionistas e sociedade. Foram criadas para que haja sinergias entre elas, gerando valor e trazendo melhores resultados ao Grupo.

Para medir seu impacto ambiental, o Grupo elabora o Inventário de Emissões Globais de Gases de Efeito Estufa (GEE) desde 2010. Atualmente, o inventário global chega até o escopo 3, que inclui as fontes de emissões que não estão sob o controle direto da Companhia, como a produção de grãos utilizados nas rações, as emissões entéricas dos ruminantes e o transporte terceirizado dos produtos aos clientes, entre outras. Em 2013, a Companhia fará o mapeamento de sua "Pegada Hídrica", pautado na metodologia Water Footprint Network, com o intuito de avançar na gestão de recursos hídricos e tornar-se ainda mais eficaz no uso sustentável de água. A utilização de biodigestores, tratamento de efluentes e reciclagem de resíduos são práticas adotadas por todas as unidades do Grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

O fomento a atividades sustentáveis e o engajamento de toda sua cadeia de suprimentos é parte fundamental para o sucesso da estratégia. Por meio de programas como o Marfrig Club, a Companhia enaltece e bonifica produtores conscientes, orientando-os a alcançar as mais modernas certificações de propriedade voltadas à produção de alimentos e ainda premia animais de fazendas com boas práticas agropecuárias e de gestão. Por meio de uma relação profissional com o fornecedor, a Marfrig é capaz de monitorar a origem dos animais, assegurando, por exemplo, sua saudabilidade e que não vieram de área desmatada ou envolvidas em questões legais.

Um dos resultados desse esforço foi que, em junho de 2012, a Marfrig Beef se tornou a primeira indústria de alimentos do setor de proteína animal a rastrear o ciclo produtivo completo de produção de carne bovina, com a chancela dos institutos Imaflora e Rainforest Alliance - uma das organizações mundiais pioneiras na elaboração de protocolos para proteção florestal. O certificado Rainforest Alliance Certified (RAC) permite que a unidade de Tangará as Serra (MT) produza e comercialize internacionalmente produtos com o "selo verde da pecuária".

Para criar oportunidades de desenvolvimento educacional e recreação para crianças e adolescentes de comunidades em situação de vulnerabilidade socioeconômica nos municípios onde estão localizadas as plantas do Grupo, foi criado o *Instituto Marfrig Fazer e Ser Feliz*. Atualmente, o programa do Instituto oferece atividades de extensão curricular voltadas para educação, esporte, cultura, saúde e alimentação e beneficia cerca de 150 crianças em suas unidades nos municípios de Promissão (SP), Bataguassú (MS), Itajaí (SC) e Amparo (SP), esta última inaugurada em 19 de março de 2013.

Mais informações sobre a estratégia de sustentabilidade do Grupo Marfrig e seus resultados estão disponíveis em www.marfrig.com.br/sustentabilidade.

## 35. Resultado de operações descontinuadas

Em 30 de abril de 2012 foi concluída a venda dos ativos da logística da Keystone para a empresa The Martin-Brower Company, LLC.Com a concretização da venda e em atendimento ao CPC 31, os principais ativos e passivos, bem como os resultados das operações descontinuadas e, o fluxo de caixa para o trimestre findo em 31 de dezembro de 2012, são resumidos a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	30/04/12	Passivo	30/04/12
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	159.934	Fornecedores	788.430
Valores a receber	402.537	Pessoal, encargos e benefícios sociais	65.642
Estoques de produtos e mercadorias	186.718	Impostos taxas e Contribuições	11.831
Títulos a receber	2.770	Títulos a pagar	10.104
Outros valores a receber	44.709	Arrendamento a pagar	7.191
<del>-</del>	796.668	Outras obrigações	18.859
_			902.057
Não circulante			
Títulos a receber	21	Não circulante	
Impoto de renda e contribuição social diferidos	44.001	Imposto de renda e contribuição social dferidos	130.082
Empréstimos e financiamento	25.979	Empréstimos e financiamentos	25.586
Outros valores a receber	9.179	Arrendamento a pagar	122.005
-	79.180	Outros	33.210
<del>-</del>			310.883
Investimentos	10.483	Participações de minoritários	5.154
Imobilizado	362.526		
Intangível	336.043		
<u> </u>	709.052	Total do passivo	1.218.094
		Acervo líquido	366.806
Total do ativo	1.584.900	Total do passivo e acervo líquido	1.584.900
_			
Resultado das operações descontinuadas		31/12/12	31/12/11
Receitra Líquida		339.017	870.798
Custo dos produtos vendidos		(276.243)	(709.977)
Lucro Bruto		62.774	160.821
Despesas comerciais, gerais e administrativas		(57.539)	(114.236)
Outras receitas: resultado na alienação de ativos		266.211	5.093
Resultado financeiro		4.825	(8.241)
Lucro antes dos efeitos tributários		276.271	43.437
Imposto de renda		93.545	(13.307)
Lucro líquido das operações descontinuadas		369.816	30.130
Participação dos acionistas não-controladores		613	(2.390)
Lucro operação descontinuada		370.429	27.740
Fluxo de caixa das Operações Descontinuadas		04/40/40	40.44
Provenientes das atividades operacionais			/12/11
·		2.287	55.709
Utilizado nas atividades de investimento Utilizado nas atividade de financiamento		(22.995)	(32.661)
Utilizado nas atividade de financiamento Variação		(161.016) (181.724)	4.965 28.013
variação		(101.724)	20.013

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

# 36. Eventos subsequentes

Em 26 de março de 2013, a Companhia informou ao mercado que, em continuidade ao foco de sua evolução organizacional, contratou Jaime Singer para ocupar a posição da recém-criada Vice Presidência de Planejamento Estratégico da Empresa. O executivo se reportará ao CEO e ao Chairman do Grupo Marfrig.

Em 21 de março de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que recebeu as cartas de compromisso dos bancos participantes para renovação da linha de crédito de US\$600 milhões com a Keystone Foods. Esta linha de crédito será composta de um empréstimo de US\$200 milhões com sete anos de prazo e uma linha de crédito rotativo de US\$400 milhões com cinco anos de prazo e ambas irão substituir a linha atual que vence em Novembro de 2014. O fechamento da renovação está previsto para ocorrer nas próximas semanas.

Em 21 de março de 2013, a Companhia comunicou ao mercado que recebeu as cartas de compromisso dos bancos participantes para renovação da linha de colocação, no termos da Instrução CVM nº 476/209, com os respectivos recursos sendo alocados em projetos de investimentos, nos termos da Lei nº 12.431/2011. Esta Oferta Restrita é destinada exclusivamente a investidores qualificados

Em 5 de fevereiro de 2013 a Companhia procedeu ao aumento de seu capital social, dentro do limite do capital autorizado, em Reunião do Conselho de Administração, em decorrência da conversão de 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures, objeto da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis da Companhia, de titularidade do BNDES Participações S.A. - BNDESPAR, em 43.750.000 (quarenta e três mil, setecentas e cinquenta mil) ações ("Ações") de emissão da Companhia, nos termos do item III.16.11 do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Alimentos S.A.", celebrado entre a Companhia e a Planner Trustee DTVM Ltda., em 22 de julho de 2010 e conforme Fato Relevante divulgado em 24 de outubro de 2012.

As ações dessa conversão terão as mesmas características e condições e gozarão de todos os direitos e vantagens legais e estatutariamente atribuídos às demais ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em decorrência da referida conversão de debêntures, houve aumento relevante da participação acionária do acionista BNDESPAR, que passou a deter ações ordinárias que representam 19,63% do capital social total da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Valores expressos em milhares de Reais)

Em 08 de Fevereiro de 2013 foi deliberado pelo Conselho de Administração eleger o Sr. Ricardo Florence dos Santos para o exercício do cargo de Diretor Administrativo Financeiro estatutário da Marfrig, cuja posição estava sob responsabilidade do Sr. Alexandre Mazzuco, que deixa a Companhia para dedicar-se a outros projetos profissionais e pessoais. O Sr. Ricardo Florence, Vice-Presidente de Finanças e DRI da Marfrig Alimentos S.A., passa a exercer esta função estatutária como CFO cumulativamente ao cargo de Diretor de Relações com Investidores que já exercia.

Em 24 de janeiro de 2013 os serviços de Formador de Mercado deixaram de ser prestados pela XP Investimentos Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.. A Companhia informará ao mercado tão logo uma nova contratação dos referidos serviços seja efetivada.

Em 16 de janeiro de 2013 a Companhia concluiu a captação de uma nova emissão de títulos de crédito de longo prazo (bonds). O valor da emissão foi de US\$ 600 milhões com vencimento em Julho de 2017. O objetivo da emissão visa melhorar o perfil do endividamento de longo prazo da Companhia.

Os papéis foram emitidos com juros (cupom) de 9,875% ao ano, a serem pagos semestralmente, com os mesmos covenants e restrições das operações anteriores de mesma natureza.

\* \* \*